



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

CAPA DE PROCESSO LICITATÓRIO

<i>Órgão</i>	<i>Proc. Adm.</i>	<i>Data da Ratificação</i>
<i>Diretoria Administrativa</i>	<i>025/2021</i>	<i>08/03/2021</i>

Modalidade de licitação e número da ordem em série anual: Dispensa de Licitação nº 013/2021

OBJETO: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Data da Homologação: 08/03/2021

Vencedor: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA
LTDA CNPJ: 02.288.268/0001-04

Fonte de Recursos: PRÓPRIOS



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Lavrei o presente TERMO de ABERTURA deste *Processo Administrativo nº 025/2021* para a realização da licitação e contratação, que tem como segunda folha, esta correspondente a este termo.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara

Protocolo de Abertura

NÚMERO DO PROCESSO: 025/2021

ASSUNTO: *Processo Administrativo para abertura de licitação e contrato(s) administrativo.*

DATA __/__/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Memo. nº 027/2021 - GAB
A Sua Excelência, o Senhor.
Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara

Timbiras/MA, 18 de fevereiro de 2021

ASSUNTO: Contratação de empresa

Visando atender aos órgãos de Controle e Fiscalização e ao bom trabalho necessários ao dia a dia para melhor execução dos trabalhos desta Casa Legislativa. Necessário se faz a **Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA**, conforme termo de referência que segue anexo. Aproveitamos a oportunidade para aprovação e autorização deste pleito administrativo em sua fase interna.

Sendo só o que se apresenta até o presente momento, renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente;


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Termo de Referência



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO;

- a) Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme especificações e condições aqui estabelecidas.

I. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADE/VALORES DOS SERVIÇOS;

Item	Descrição do objeto	und	Qtd
1	Licença de uso de uso de Software - Contabilidade Pública.	mês	10
2	Licença de uso de uso Software de publicação/hospedagem de dados para atender as Leis 12.527/2011 e LC 131/2009.	mês	10

2.1 Especificação detalhada do Sistema de Portal de Transparência

ADESÃO DA PLATAFORMA DE TRANSPARÊNCIA
• Manutenção do Site Institucional e treinamento de suas ferramentas
• Locação da Plataforma de Transparência
• Locação de licença do Sistema Diário Eletrônico
• Hospedagem Domínio (banco de dados)
• Execução e Alimentação do Portal da Transparência

2.2 Especificação detalhada do Sistema Integrado de Contabilidade

SISTEMA INTGRADO DE CONTABILIDADE
• Auxiliar nos lançamentos e registros da execução, permitindo controle seguro de todos os compromissos, sem deixar de atender todas as exigências legais;
• Permitir e auxiliar a elaboração e controle do orçamento, da execução contábil e as demonstrações contábeis, em estrita obediência às exigências da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e suas alterações posteriores, e da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Produzir demonstrativos tanto no modelo do Tribunal de Contas do Estado, como nos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda; |
| <ul style="list-style-type: none">• Executar o processo completo de despesa, (Empenho, Liquidação e Pagamento e missão dos mesmos); |
| <ul style="list-style-type: none">• Atender às disposições da Lei Complementar 131 e suas alterações (portal de transparência) auxiliando na criação de relatórios para o cumprimento da mesma; |
| <ul style="list-style-type: none">• Os balanços da 4.320/64 sejam extraídos automaticamente do plano de Contas, em conformidade com a legislação atual; |
| <ul style="list-style-type: none">• Registrar o fluxo de lançamento em seis sistemas (ativo, passivo, despesas, receitas, resultado aumentativo e resultado diminutivo); |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar automaticamente o encerramento de contas do exercício; |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar automaticamente a abertura do exercício com os saldos do exercício anterior; |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar e imprimir todos os demonstrativos e anexos do balanço anual previsto na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/00 e pelo TCE; |
| <ul style="list-style-type: none">• Produzir, sem interferência do usuário, todos os demonstrativos do balanço anual, tanto consolidados, não consolidados, de fundos, autarquias ou de um simples vínculo à fonte de recurso; |
| <ul style="list-style-type: none">• Analisar, imprimir e apontar eventuais divergências nos anexos dos balanços; |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar todos os demonstrativos para atendimento dos dispositivos e normas legais referentes ao ensino; |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar análises e demonstrativos para acompanhamento diário, decencial, mensal e trimestral, norteando a correta aplicação dos recursos vinculados ao ensino; |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar e produzir, além dos demonstrativos oficiais de aplicação, demonstrativos gerenciais que facilitem o controle da aplicação; |
| <ul style="list-style-type: none">• Processar todos os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos moldes das Portarias do MF/STN e do Tribunal de Contas estadual, com periodicidade pré-estipulada pelo usuário, para adoção de medidas e cumprimento das exigências legais; |
| <ul style="list-style-type: none">• Permitir a elaboração e controle do orçamento ao balanço do município, obedecendo a todas as exigências da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e suas alterações posteriores; |



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

<ul style="list-style-type: none">• Integrado ao PPA e à LDO, o orçamento deverá ser programado para processar todos os demonstrativos exigidos pelas normas legais;
<ul style="list-style-type: none">• Atualizar, automaticamente, no sistema, todos os anos, todas as tabelas de classificações orçamentárias, de acordo com as Portarias MF/STN;
<ul style="list-style-type: none">• Fazer análises de aplicações vinculadas e produzir demonstrativos individualizados por fundos especiais e entidades da administração indireta;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir a execução de levantamento de dados e estudos para a elaboração do PPA e da LDO;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir um nível elevado de detalhamento dos programas de governo, aplicando níveis de prioridade e auxiliar na equalização do equilíbrio entre receitas e despesas, ano a ano;
<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar a projeção de receitas e despesas no período do PPA, com base no período anterior;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir a elaboração da LDO em estrita observância das previsões do PPA, permitindo alterações, inclusões e exclusões de programas;
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar automaticamente o Diário e o Razão;
<ul style="list-style-type: none">• Consolidação: faz a incorporação ou consolidação mensal automática da execução contábil;
<ul style="list-style-type: none">• Entre as unidades orçamentárias executoras, permitir o funcionamento integrado e consolidado em uma única base de dados e servidor;

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO;

a) Os serviços de locação de sistemas se fazem necessário para prestação de serviços aplicados à Tecnologia da Informação, compreendendo as atividades de desenvolvimento e manutenção de site para a contratante regularizar os lançamentos contábeis e folha de pagamento, inserir no portal as atividades desenvolvidas pela contratante, como forma de prestação de contas à sociedade.

b) Os bens, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos ofertados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

4. FUNDAMENTO LEGAL;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

a) O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade escolhida, sob a égide da Lei 8.666/93, da Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie.

5. DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL;

a) A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, conforme legislação vigente c/c Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93, parágrafo único do Art. 61 da mesma lei c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, prorrogáveis até o máximo de 60 (sessenta) meses nos termos do Art. 57, inciso II, e assim atender às necessidades da **contratante** dos serviços.

b) A contratação dos serviços não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

c) A Lei 8.666/93, no artigo 57, inciso II, dispõe sobre a possibilidade de estender pelo prazo de até 60(sessenta) meses após o início da vigência os contratos cujo objeto seja serviço de natureza continuada.

d) De acordo com a atual jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado, a definição da natureza contínua compreende dois itens distintos: o tipo do serviço e a necessidade da administração. Nesse sentido, terá natureza contínua aquele serviço demandado pela Administração de forma ininterrupta, ou seja, aquele cuja interrupção comprometa a execução das atividades do ente ou órgão.

e) A previsão de vigência contratual deve estar no instrumento convocatório; precisa ser feita antes do início da licitação; a duração do contrato precisa ser justificada com prévia realização de pesquisa de preços, considerando o disposto nos incisos III e V, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, anotando-se no processo os dados do preço mensal em razão do número de meses de uma possível contratação.

f) A adequação de modalidade licitatória a ser adotada deverá observar a vigência total prevista para o contrato. Assim sendo, exceto para modalidade pregão, para qual não há limitação e valores, para as demais modalidades há que se observar o disposto no artigo 23, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, considerando o total de meses que se pretende contratar.

g) Como o artigo 113, da Lei nº 8.666/93 obriga a demonstração de legalidade e da regularidade dos atos praticados e, como a licitação é um procedimento formal, de algum modo o fato do "dimensionamento" deve constar do processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

h) No presente caso, a previsão de prorrogação do contrato pela aplicação do disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, justifica-se pela necessidade de proporcionar aos servidores municipais assessoramento na prática dos atos administrativos, mantendo-os informados e atualizados, de modo a se atender de forma esmerada às normas e procedimentos legais determinados.

6. DA PROPOSTA;

- a) Não será admitida, em nenhuma hipótese, proposta que fizer referência às de outros proponentes, sob pena de desclassificação.
- b) A proponente deverá formular sua proposta em papel próprio, de preferência timbrado, contendo todos os dados da empresa, tais como: nome da pessoa jurídica, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, endereço, telefone, e-mail, nome do responsável, data e assinatura.
- c) A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação.

7. DO CONTRATO;

- a) Aplicar-se-á ao contrato firmado os mandamentos da Lei nº 8.666/93, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;
- b) Os termos do contrato vincular-se-ão estritamente às regras deste instrumento e de seus anexos e ao conteúdo da proposta do licitante vencedor;
- c) O adjudicatário, ao ser regularmente convocado para assinar o instrumento contratual, deverá comparecer à sede da contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à realização do serviço, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93;
- d) Para assinar o contrato, o adjudicatário deverá manter as condições de habilitação exigidas no certame;
- e) Caso o adjudicatário se recuse, injustificadamente, a assinar o instrumento contratual ou caso não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, serão convocados para celebrar o contrato, seguindo a ordem de classificação, os demais classificados, devendo ser observadas as prescrições deste Termo, referentes à aceitabilidade do objeto e do preço, à habilitação e à negociação visando o preço melhor, devendo este, da mesma forma, comprovar situação regular no ato da assinatura do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

8. RESPONSABILIDADE PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

8.1. O fiscal do contrato será servidor designado através de portaria pela contratante, e será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas ao objeto do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Podendo para isso:

- a) Solicitar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à substituição de produto impróprio para o consumo;
- b) Examinar os serviços prestados, a fim de constatar sua procedência e qualidade;
- d) Atestar a(s) nota(s) fiscal(is), nos termos contratados, para efeito de pagamento.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao órgão, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

9. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA;

- a) Ter o objeto deste termo disponível, para serviço assim que a Contratante solicitar;
- b) Comunicar à contratante qualquer irregularidade, bem como responder integralmente por perdas e danos a que vier causar à CONTRATANTE ou a TERCEIROS, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita;
- c) Manter durante o período contratual, as exigências de habilitação e qualificação exigidas;
- d) Aceitar, nos termos da Lei 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE;

- a) A contratante se compromete a pagar à Contratada pelo objeto do contrato o valor da Ordem de Serviço.
- b) Fornecer a CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para prestação dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

PÁRAGRAFO ÚNICO – A CONTRATANTE reserva-se o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

11. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;

- a) A prestação do serviço do objeto será realizado através de Ordem de Serviço ou requisição emitida pela Contratante, onde constarão todas as informações necessárias para o cumprimento do contrato.
- b) Se, a qualquer tempo, durante a execução do contrato, ocorrer eventos que impeça a prestação do serviço dentro do prazo, a Contratada deverá notificar previamente a contratante, por escrito, do motivo da demora, sua provável duração e sua(s) causa(s). Logo após o recebimento do aviso da Contratada, a contratante deverá avaliar a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo estabelecido.
- b) Ressalvado o disposto no item 11.3, se a Contratada descumprir qualquer prazo contratual, a contratante, poderá, sem prejuízo de outras medidas prevista no Contrato, ou na Lei nº 8.666/93, deduzir do preço contratual, a título de multa, o valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do preço do serviço a ser fornecido por dia de atraso, até que a prestação seja cumprida respeitando o limite de 10% (dez por cento) do valor contratual do serviço, quando a contratante deverá rescindir o Contrato, aplicando à Contratada a pena de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Administração.

12. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO OBJETO;

- a) O local da prestação dos serviços será na dependência do prédio da contratante.

13. DO PAGAMENTO;

- a) O pagamento será efetuado através de empenho, mediante a apresentação da Nota Fiscal, em duas vias, acompanhadas da requisição, certidão negativa de débitos para com o FGTS e INSS, em plena validade por meio de ordem bancária moeda corrente, creditada na conta corrente do fornecedor, até o 10º (décimo) dia útil, contados da data da aceitação e atesto efetuado pelo setor competente, previsto na Lei 4.320/64.
- b) A nota fiscal/fatura será emitida de acordo com o objeto do contrato, com preço unitário total, em nome da contratante.

13. DAS PENALIDADES;

- a) Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93;

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações a serem apresentadas pela Contabilidade deste órgão.

15. DO FORO.

a) Fica eleito o foro da Comarca desta cidade, para dirimir quaisquer dúvidas com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DA FASE INTERNA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Considerando que as especificações técnicas, os quantitativos e demais cláusulas atendem às necessidades do órgão solicitante **APROVO** o presente **Termo de Referência e AUTORIZO** a abertura do **Processo Administrativo nº 025/2021** cujo objeto é a **Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA**, em sua fase interna, conforme dispõe o artigo 38, caput, e o artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, respectivamente:

“Art. 38. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente.”

“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:”

“(…)”

“§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:”

“I - houver projeto básico (termo de referência) aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;”

Timbiras/MA, 18 de fevereiro de 2021


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA
À Comissão Permanente de Licitação;

ASSUNTO: Solicitação de Pesquisa de Mercado

Encaminho o presente processo, para que seja feita uma pesquisa de preços, preferencialmente no mercado local, junto a empresas interessadas que atuam no ramo do objeto que a administração pretende adquirir. Em seguida encaminhar à Contabilidade desta Casa Legislativa, para que seja verificada a existência de Reserva de Dotação Orçamentária e demais providência para continuidade do pleito.

Artigo 15, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993: (As compras, sempre que possível, deverão: § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado).

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras – MA, em 19 de fevereiro de 2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 025/2021

À empresa (Razão Social): Fix Consultoria e Serviços Ltda-ME.

CNPJ: 08.789.643/0001-78

ENDEREÇO: Av. Treze de maio, nº 1116, Office Treze de Maio, Fortaleza, Ceará.

Senhor (a) signatário (a); Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis, s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão incluídas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 19 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail:
camaratimbirasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 025/2021

À empresa (Razão Social): A. Amaro F da Silva-ME

CNPJ: 14.769.245/0001-92

ENDEREÇO: Rua Inglaterra, nº 43, Itaperi, Fortaleza/CE, CEP: 60.714.150.

Senhor (a) signatário (a); Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis, s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Câmara Municipal de Timbiras – MA, 19 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOUVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail:
camaratimbrasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 025/2021

À empresa (Razão Social): Asp Automoção serviços e produtos de Informática LDTA

CNPJ: 02.288.268/0001-04

ENDEREÇO: Rua Lauro Maia, 1120, bairro de Fátima, Fortaleza, Ceará.

Senhor (a) signatário (a); Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 19 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail:
camaratimbirasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Contabilidade Geral da Câmara;

Conforme solicitado, encaminho o *Processo Administrativo nº 025/2021* anexada uma cotação de preços feita com empresas que trabalham no ramo do objeto que a Câmara Municipal pretender adquirir, envio para que seja verificada a existência de Reserva de Dotação Orçamentária, caso confirmado, reencaminhar ao Gabinete da Presidência para continuidade do pleito. Conforme dispõe o artigo 38, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993:

"Art. 38. O procedimento licitatório será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:"

Timbiras – MA, 25 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Cotação de Preços



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1.134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PLANILHA DE COTAÇÕES DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 025/2021

Item	Descrição do objeto	und	Qtd	Empresas				Média de Preços	Valor médio Total
				Valor unitário	Valor global	Valor unitário	Valor Global		
	Objeto: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.								
				Lote I					
1	Licença de uso de software - Contabilidade Pública.	mês	10	R\$ 689,00	R\$ 6.890,00	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
2	Licença de uso de software de publicação/hospedagem de dados para atender as Leis 12.527/2011 e LC 131/2009.	mês	10	R\$ 270,00	R\$ 2.700,00	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 204,00	R\$ 2.040,00
Valor Total de Cada Empresa no Lote				R\$ 9.590,00		R\$ 9.000,00		R\$ 8.040,00	
								R\$ 646,33	R\$ 6.463,30
								R\$ 241,33	R\$ 2.413,30
								R\$ 8.876,60	

Timbiras/MA, 25 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Mapas de classificação das propostas

Objeto da Pesquisa: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Critério de julgamento: Menor preço;

Amparo legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS:

Licitantes:	Fix Consultoria e Serviços Ltda-ME CNPJ: 08.789.643/0001-78	A. Amaro F da Silva-ME CNPJ: 14.769.245/0001-92	Asp Automoção serviços e produtos de Informática LDTA CNPJ: 02.288.268/0001-04	Média aritmética
Propostas	RS 9.000,00	RS 9.590,00	RS 8.040,00	RS 8.876,60

CLASSIFICAÇÃO:

1º Lugar: _ Asp Automoção serviços e produtos de Informática LDTA	RS 8.040,00
2º Lugar: _ Fix Consultoria e Serviços Ltda-ME	RS 9.000,00
3º Lugar: _ A. Amaro F da Silva-ME	RS 9.590,00

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Timbiras – MA, 25 de fevereiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



www.assesi.com

comercial@assesi.com

R. Inglaterra, 243 - Itaperi
Fortaleza/CE - Brasil - 60714-150
CNPJ: 14.769.245/0001-92

(85) 3025.2726



COLETA DE PREÇO

A(s) Setor de compras da
Câmara Municipal de Timbiras - MA
Conforme solicitado estamos enviando coleta de preços para os serviços abaixo:

Item	Especificações dos serviços	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de Serviços de locação de sistema de Contabilidade	Mês	10	R\$ 689,00	R\$ 6.890,00
02	Contratação de Serviços de locação de sistema de Portal da Transparência	Mês	10	R\$ 270,00	R\$ 2.700,00

Valor total: R\$ 9.590,00 (nove mil quinhentos e noventa reais)

Validade da proposta: 60 dias

Proponente: A AMARO F DA SILVA - ME
Endereço: RUA INGLATERRA, 243 - ITAPERI
Cidade: FORTALEZA/CE
Cep.: 60.714-150 | C.N.P.J.: 14.769.245/0001-92

A. AMARO F. DA SILVA - ME
[Assinatura]
Amaro Amaro Fregues de Silva
CPF: 914.479-673-07

Fortaleza/CE, 23 de fevereiro de 2011.

Proposta Comercial

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2021



A/c. Câmara Municipal de Timbiras - MA,

A **FIX Informática** é uma empresa especializada em prover soluções nas mais diversas áreas tecnológicas, dispondo de uma equipe altamente especializada, além de parceiros e fornecedores que contribuem de forma qualitativa na obtenção dos melhores resultados e plena satisfação de seus clientes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V.MENSAL	VALOR GLOBAL
01	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de implantação, locação e operacionalização de sistema de Contabilidade	Mês	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
02	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de implantação, locação e operacionalização de sistema de Portal da Transparência em atendimento à Lei de Acesso à Informação.	Mês	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 9.000,00

Validade: 60 dias

CNPJ: 08.789.643/0001-78

Proponente: Fix Consultoria e Serviços Ltda.
comercial@fixinformatica.inf.br

Agradecemos desde já a oportunidade e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.


Fix Consultoria e Serviços Ltda.-Me
CNPJ: 08.789.643/0001-78
-aria Alinne Martins A. Marques
Fix Consultoria e Serviços Ltda-ME
CPF: 662.349.053-15
Sócia-Gerente

FIX TECNOLOGIA

Av. Treze de Maio, 1116 – Office Treze de Maio - Sala 1804
CEP: 60.040-530 – Fátima Fortaleza – Ceará



COTAÇÃO DE PREÇOS

À
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS- MA

Proponente: ASP - Automação, Serviços e Produtos de Informática Ltda.
Endereço: Rua Lauro Maia, 1120 - Bairro: Fátima - Fortaleza-Ceará - CEP: 60.055-210
CNPJ: 02.288.268/0001-04 CGF: isento E-Mail: maranhao@aspec.com.br
Fone:(85) 3464.2900 Fax: (85) 3878.2999

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossas Senhorias, nossa cotação de preços, conforme planilha abaixo, referente à licença de uso de softwares.

ESPECIFICAÇÃO					
Item		Unid	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
02	Licença de uso licença de uso de Software - Contabilidade Pública.	Mês	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
03	Licença de uso licença de uso de Software de publicação/hospedagem de dados para atender as Leis 12.527/2011 e LC 131/2009.	Mês	10	R\$ 204,00	R\$ 2.040,00
Soma				R\$ 804,00	R\$ 8.040,00
Valor Global: R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)					

Prazo de Execução: 10 Meses

Validade da Cotação 60 Dias

Fortaleza - CE, 23 de fevereiro de 2021

Gessicleia Veras de Almeida
ASP - Automação, Serviços e Produtos de Informática Ltda.
Gessicleia Veras de Almeida
RG 028892502005-6
CPF 053.532.413-80



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Timbiras/MA, 26 de fevereiro de 2021

Ao Gabinete da Presidência;

O Contador Oficial da Câmara Municipal de Timbiras/MA Sr; **JAKSON RODRIGUES BRITO**, inscrito no CRC/MA, sob o nº 006218 PI/MA, responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária, em atendimento aos artº. 14 da Lei Federal nº 8.666/93 e 60 da Lei nº 4.320/64, certifico a existência de dotação orçamentária para atender às despesas em tela à qual está de acordo com a Lei Orçamentaria Anual (LOA), com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o exercício financeiro do ano em curso, sendo assim, solicito de Vossa Excelência a elaboração da declaração de ordenador de despesa conforme dotação abaixo:

Objeto da licitação: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS;

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações; 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - *Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;*

JAKSON RODRIGUES BRITO
Contador Geral da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

DECLARAÇÃO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO
(Inciso I, Art. 16 LC nº 101/2000)

Processo Administrativo nº 025/2021

Declaro para os devidos fins que a despesa referente à *Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, serão contabilizadas na reserva de dotação orçamentária está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho, Será suficiente para garantir o empenho de tal despesa no exercício do ano em curso, a qual estimamos em R\$ 8.876,60 (oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

A referida despesa é objeto de dotação específica e suficiente, estando abrangida por crédito genérico, na classificação acima, prevista no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentária e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração; não infringindo, portanto, quaisquer, disposições da legislação especificamente o Art. 16 da LC 101/00.

Salientamos que tal despesa será empenhada no exercício financeiro do corrente ano e paga dentro do mesmo pleito não ficando valores para serem empenhados nos exercícios seguintes.

Concluimos, portanto que esta Casa Legislativa disporá de recursos suficientes para a realização da despesa e que não haverá impacto nos exercícios seguintes.

Timbiras (MA), 26 de fevereiro de 2021


JAKSON RODRIGUES BRITO
Contador Geral da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (INCISO II Art. 16, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000).

A Presidência da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento as determinações do inciso II do art.16 da Lei Complementar 101-2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de ordenador de despesas, tendo em vista a estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro do objeto que esta Casa Legislativa pretender adquirir. **DECLARO** que os *serviços*, cuja reserva de dotação orçamentária está contida no programa de trabalho; *Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Juridica*. Possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) para o exercício financeiro do corrente ano, com a Lei de Diretrizes orçamentarias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras/MA em 01 de março de 2021.


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DA FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

Considerando as informações contidas no presente processo, protocolado com o nº 025/2021 nesta Augusta Casa Legislativa, estando devidamente cumpridas as formalidades, feita pesquisa de mercado junto a empresas que trabalham no ramo do objeto que esta administração pretende adquirir, posteriormente confirmado respaldo orçamentário e financeiro, indicada qual rubrica fará frente à tal despesa, tendo por conveniente e oportuno, **AUTORIZO** a abertura da fase externa do procedimento licitatório que terá por objeto a **Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

Faça saber desta decisão à **Comissão Permanente de Licitação - CPL** para autuação, adequação do termo de referências, elaboração da minuta do edital com seus anexos e demais providências de sua competência.

Artigo 38, O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objetivo e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente;

(...)

1 – edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras/MA em 01 de março de 2021.

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Portaria(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portaria nº 10/2021 – GAB/ TIMBIRAS/MA

Designa os integrantes da Comissão Permanente de Licitação/Pregão – Comissão para atuar em Licitações Públicas no âmbito da Câmara Municipal de Timbiras (MA), e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, **ALEXANDRO ROCHA NASCIMENTO**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e do Art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e o Art. 3º da Lei 10.520/02;

Considerando a necessidade de estruturar a Comissão Permanente de Licitação – Comissão - para o exercício financeiro de 2021 no intuito de atender às Leis Federais de Licitações e Contratos Administrativos, à qual terá por funções: Garantir a formalização dos procedimentos licitatórios, em observância aos ditames legais, autuar os procedimentos administrativos, receber, examinar, julgar os documentos e as propostas dos procedimentos licitatórios e cadastramento de licitantes, competindo-lhe ainda adjudicar os objetos licitados aos respectivos vencedores, fornecer informações para o SACOP (Sistema de Acompanhamento das licitações) junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, resguardando o interesse público e garantindo presteza e produtividade na realização de suas funções e demais normas relativas à espécie.

Resolve;

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Pregoeiro o Senhor: Max Vinicius Cantanhede CPF: 604.040.843-03

Art. 2º Ficam nomeados para compor a equipe de apoio os servidores abaixo relacionados:

1. Presidente: Raimundo Jonas Silva Coelho;
2. Membro: Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira;

Art. 4º Os servidores especificados nesta portaria desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos no período de 01 (um) ano, conforme estabelecido no Art. 51 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Publique-se, registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, ESTADO DO MARANHÃO AOS 04 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021.

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

DIÁRIO OFICIAL

LEGISLATIVO



ANO V | EDIÇÃO Nº 0439 TIMBIRAS-MA, QUINTA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 2021

SUMÁRIO

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 – NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO..... 1

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 – NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, REGOEIROS E EQUIPE DE APOIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbiras/MA, no uso de suas atribuições legais e atendendo às indicações do tesoureiro da mesa diretora 2021/2022. **R E S O L V E** : Art. 1º Instituir, de acordo com o 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993, Comissão Permanente de Licitação para atuar nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite com a seguinte composição:

– Presidente: RAIMUNDO JONAS SILVA COELHO;
– Membros: MARINALVA CARDOSO DA SILVA DE OLIVEIRA e MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 2º - Designar, de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, o servidor abaixo para exercer as atribuições de pregoeiro:

1 – Titular: MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 3º - Designar, de acordo com as disposições do artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520/2002, os servidores abaixo para compor equipe de apoio ao pregão:

– Membros: RAIMUNDO JONAS SILVA COELHO, MARINALVA CARDOSO DA SILVA DE OLIVEIRA e MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Timbiras/MA, 04 de janeiro de 2021. ALEXANDRO ROCHA NASCIMENTO Presidente da Câmara.



ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Rua José Antônio Francis, S/N, centro,
CEP. 65.420- 000 Timbiras – Maranhão

SITE:
www.timbiras.ma.gov.br

ANTONIO BORBA LIMA
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

ORGÃO RESPONSÁVEL

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANTONIO BORBA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL
FRANCISCO PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO MUNICIPAL
FRANCISCO ARNALDO SOUZA ALVES
ASSESSOR ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO
EDMUNDO LUIZ DO NASCIMENTO NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

CPL - AUTUAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Pelo presente instrumento, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de Ordem do Presidente da Câmara Municipal de Timbiras/MA, o senhor **Alexandro Rocha Nascimento**, autuamos, rubricamos o registro e o número deste processo para continuidade do pleito administrativo, nas condições abaixo, considerando todas as informações constantes juntamente com seu termo de referência em anexo.

Processo administrativo nº: 025/2021;

Órgão requisitante: Diretoria Administrativa;

Objeto da licitação: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

Valor estimado da licitação: R\$ 887,66 (oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), totalizando valor global de R\$ 8.876,60 (oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos); Conforme preços cotados com empresas do ramo do objeto da licitação em tela.

Modalidade de licitação e Número de ordem em série anual: Dispensa de Licitação nº 013/2021;

Justificativa da escolha da modalidade de licitação: A escolha desta modalidade para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pelo baixo valor do objeto pretendido pela administração pública;

Base legal: O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade escolhida, sob a égide da Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie;

Tipo de licitação: Menor preço (global);

Vigência do Contrato: A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, em obediência ao Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do ano em curso;




CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Reserva de Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações; *Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 02 de março de 2021.


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinícius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Termo de Referência



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO;

- a) Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme especificações e condições aqui estabelecidas.

1. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADE/VALORES DOS SERVIÇOS;

Item	Descrição do objeto	und	Qtd	Valor Unitário	Valor Global
1	Licença de uso de Software - Contabilidade Pública.	mês	10	R\$ 646,33	R\$ 6.463,30
2	Licença de uso de Software de publicação/hospedagem de dados para atender as Leis 12.527/2011 e LC 131/2009.	mês	10	R\$ 241,33	R\$ 2.413,30
Total Global				R\$ 8.876,60	

2.1 Especificação detalhada do Sistema de Portal de Transparência

ADESÃO DA PLATAFORMA DE TRANSPARÊNCIA
• Manutenção do Site Institucional e treinamento de suas ferramentas
• Locação da Plataforma de Transparência
• Locação de licença do Sistema Diário Eletrônico
• Hospedagem Domínio (banco de dados)
• Execução e Alimentação do Portal da Transparência

2.2 Especificação detalhada do Sistema Integrado de Contabilidade

SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE
• Auxiliar nos lançamentos e registros da execução, permitindo controle seguro de todos os compromissos, sem deixar de atender todas as exigências legais;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

<ul style="list-style-type: none">• Permitir e auxiliar a elaboração e controle do orçamento, da execução contábil e as demonstrações contábeis, em estrita obediência às exigências da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e suas alterações posteriores, e da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00;
<ul style="list-style-type: none">• Produzir demonstrativos tanto no modelo do Tribunal de Contas do Estado, como nos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda;
<ul style="list-style-type: none">• Executar o processo completo de despesa, (Empenho, Liquidação e Pagamento e missão dos mesmos);
<ul style="list-style-type: none">• Atender às disposições da Lei Complementar 131 e suas alterações (portal de transparência) auxiliando na criação de relatórios para o cumprimento da mesma;
<ul style="list-style-type: none">• Os balanços da 4.320/64 sejam extraídos automaticamente do plano de Contas, em conformidade com a legislação atual;
<ul style="list-style-type: none">• Registrar o fluxo de lançamento em seis sistemas (ativo, passivo, despesas, receitas, resultado aumentativo e resultado diminutivo);
<ul style="list-style-type: none">• Processar automaticamente o encerramento de contas do exercício;
<ul style="list-style-type: none">• Processar automaticamente a abertura do exercício com os saldos do exercício anterior;
<ul style="list-style-type: none">• Processar e imprimir todos os demonstrativos e anexos do balanço anual previsto na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/00 e pelo TCE;
<ul style="list-style-type: none">• Produzir, sem interferência do usuário, todos os demonstrativos do balanço anual, tanto consolidados, não consolidados, de fundos, autarquias ou de um simples vínculo à fonte de recurso;
<ul style="list-style-type: none">• Analisar, imprimir e apontar eventuais divergências nos anexos dos balanços;
<ul style="list-style-type: none">• Processar todos os demonstrativos para atendimento dos dispositivos e normas legais referentes ao ensino;
<ul style="list-style-type: none">• Processar análises e demonstrativos para acompanhamento diário, decendial, mensal e trimestral, norteando a correta aplicação dos recursos vinculados ao ensino;
<ul style="list-style-type: none">• Processar e produzir, além dos demonstrativos oficiais de aplicação, demonstrativos gerenciais que facilitem o controle da aplicação;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

<ul style="list-style-type: none">• Processar todos os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos moldes das Portarias do MF/STN e do Tribunal de Contas estadual, com periodicidade pré-estipulada pelo usuário, para adoção de medidas e cumprimento das exigências legais;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir a elaboração e controle do orçamento ao balanço do município, obedecendo a todas as exigências da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e suas alterações posteriores;
<ul style="list-style-type: none">• Integrado ao PPA e à LDO, o orçamento deverá ser programado para processar todos os demonstrativos exigidos pelas normas legais;
<ul style="list-style-type: none">• Atualizar, automaticamente, no sistema, todos os anos, todas as tabelas de classificações orçamentárias, de acordo com as Portarias MF/STN;
<ul style="list-style-type: none">• Fazer análises de aplicações vinculadas e produzir demonstrativos individualizados por fundos especiais e entidades da administração indireta;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir a execução de levantamento de dados e estudos para a elaboração do PPA e da LDO;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir um nível elevado de detalhamento dos programas de governo, aplicando níveis de prioridade e auxiliar na equalização do equilíbrio entre receitas e despesas, ano a ano;
<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar a projeção de receitas e despesas no período do PPA, com base no período anterior;
<ul style="list-style-type: none">• Permitir a elaboração da LDO em estrita observância das previsões do PPA, permitindo alterações, inclusões e exclusões de programas;
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar automaticamente o Diário e o Razão;
<ul style="list-style-type: none">• Consolidação: faz a incorporação ou consolidação mensal automática da execução contábil;
<ul style="list-style-type: none">• Entre as unidades orçamentárias executoras, permitir o funcionamento integrado e consolidado em uma única base de dados e servidor;

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO;

a) Os serviços de locação de sistemas se fazem necessário para prestação de serviços aplicados à Tecnologia da Informação, compreendendo as atividades de desenvolvimento e manutenção de site para a contratante regularizar os lançamentos contábeis e folha de pagamento, inserir no portal as atividades desenvolvidas pela contratante, como forma de prestação de contas à sociedade.

b) Os bens, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

garanta a boa qualidade dos produtos ofertados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

4. FUNDAMENTO LEGAL;

a) O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade escolhida, sob a égide da Lei 8.666/93, da Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie.

5. DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL;

a) A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, conforme legislação vigente c/c Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93, parágrafo único do Art. 61 da mesma lei c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, prorrogáveis até o máximo de 60 (sessenta) meses nos termos do Art. 57, inciso II, e assim atender às necessidades da **contratante** dos serviços.

b) A contratação dos serviços não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

c) A Lei 8.666/93, no artigo 57, inciso II, dispõe sobre a possibilidade de estender pelo prazo de até 60(sessenta) meses após o início da vigência os contratos cujo objeto seja serviço de natureza continuada.

d) De acordo com a atual jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado, a definição da natureza contínua compreende dois itens distintos: o tipo do serviço e a necessidade da administração. Nesse sentido, terá natureza contínua aquele serviço demandado pela Administração de forma ininterrupta, ou seja, aquele cuja interrupção comprometa a execução das atividades do ente ou órgão.

e) A previsão de vigência contratual dever estar no instrumento convocatório; precisa ser feita antes do início da licitação; a duração do contrato precisa ser justificada com prévia realização de pesquisa de preços, considerando o disposto nos incisos III e V, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, anotando-se no processo os dados do preço mensal em razão do número de meses de uma possível contratação.

f) A adequação de modalidade licitatória a ser adotada deverá observar a vigência total prevista para o contrato. Assim sendo, exceto para modalidade pregão, para qual não há limitação e valores, para as demais modalidades há que se observar o disposto no artigo 23, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, considerando o total de meses que se pretende contratar.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

g) Como o artigo 113, da Lei nº 8.666/93 obriga a demonstração de legalidade e da regularidade dos atos praticados e, como a licitação é um procedimento formal, de algum modo o fato do “dimensionamento” deve constar do processo.

h) No presente caso, a previsão de prorrogação do contrato pela aplicação do disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, justifica-se pela necessidade de proporcionar aos servidores municipais assessoramento na prática dos atos administrativos, mantendo-os informados e atualizados, de modo a se atender de forma esmerada às normas e procedimentos legais determinados.

6. DA PROPOSTA;

- a) Não será admitida, em nenhuma hipótese, proposta que fizer referência às de outros proponentes, sob pena de desclassificação.
- b) A proponente deverá formular sua proposta em papel próprio, de preferência timbrado, contendo todos os dados da empresa, tais como: nome da pessoa jurídica, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, endereço, telefone, e-mail, nome do responsável, data e assinatura.
- c) A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação.

7. DO CONTRATO;

- a) Aplicar-se-á ao contrato firmado os mandamentos da Lei nº 8.666/93, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;
- b) Os termos do contrato vincular-se-ão estritamente às regras deste instrumento e de seus anexos e ao conteúdo da proposta do licitante vencedor;
- c) O adjudicatário, ao ser regularmente convocado para assinar o instrumento contratual, deverá comparecer à sede da contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à realização do serviço, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93;
- d) Para assinar o contrato, o adjudicatário deverá manter as condições de habilitação exigidas no certame;
- e) Caso o adjudicatário se recuse, injustificadamente, a assinar o instrumento contratual ou caso não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, serão convocados para celebrar o contrato, seguindo a ordem de classificação, os demais classificados, devendo ser observadas as prescrições deste Termo, referentes à aceitabilidade do objeto e do preço, à



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

habilitação e à negociação visando o preço melhor, devendo este, da mesma forma, comprovar situação regular no ato da assinatura do contrato.

8. RESPONSABILIDADE PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

8.1. O fiscal do contrato será servidor designado através de portaria pela contratante, e será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas ao objeto do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Podendo para isso:

- a) Solicitar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à substituição de produto impróprio para o consumo;
- b) Examinar os serviços prestados, a fim de constatar sua procedência e qualidade;
- d) Atestar a(s) nota(s) fiscal(is), nos termos contratados, para efeito de pagamento.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao órgão, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

9. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA;

- a) Ter o objeto deste termo disponível, para serviço assim que a Contratante solicitar;
- b) Comunicar à contratante qualquer irregularidade, bem como responder integralmente por perdas e danos a que vier causar à CONTRATANTE ou a TERCEIROS, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita;
- c) Manter durante o período contratual, as exigências de habilitação e qualificação exigidas;
- d) Aceitar, nos termos da Lei 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE;

- a) A contratante se compromete a pagar à Contratada pelo objeto do contrato o valor da Ordem de Serviço.
- b) Fornecer a CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para prestação dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PÁRAGRAFO ÚNICO – A CONTRATANTE reserva-se o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

11. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;

- a) A prestação do serviço do objeto será realizado através de Ordem de Serviço ou requisição emitida pela Contratante, onde constarão todas as informações necessárias para o cumprimento do contrato.
- b) Se, a qualquer tempo, durante a execução do contrato, ocorrer eventos que impeça a prestação do serviço dentro do prazo, a Contratada deverá notificar previamente a contratante, por escrito, do motivo da demora, sua provável duração e sua(s) causa(s). Logo após o recebimento do aviso da Contratada, a contratante deverá avaliar a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo estabelecido.
- b) Ressalvado o disposto no item 11.3, se a Contratada descumprir qualquer prazo contratual, a contratante, poderá, sem prejuízo de outras medidas prevista no Contrato, ou na Lei nº 8.666/93, deduzir do preço contratual, a título de multa, o valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do preço do serviço a ser fornecido por dia de atraso, até que a prestação seja cumprida respeitando o limite de 10% (dez por cento) do valor contratual do serviço, quando a contratante deverá rescindir o Contrato, aplicando à Contratada a pena de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Administração.

12. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO OBJETO;

- a) O local da prestação dos serviços será na dependência do prédio da contratante.

13. DO PAGAMENTO;

- a) O pagamento será efetuado através de empenho, mediante a apresentação da Nota Fiscal, em duas vias, acompanhadas da requisição, certidão negativa de débitos para com o FGTS e INSS, em plena validade por meio de ordem bancária moeda corrente, creditada na conta corrente do fornecedor, até o 10º (décimo) dia útil, contados da data da aceitação e atesto efetuado pelo setor competente, previsto na Lei 4.320/64.
- b) A nota fiscal/fatura será emitida de acordo com o objeto do contrato, com preço unitário total, em nome da contratante.

13. DAS PENALIDADES;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

a) Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93;

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações a serem apresentadas pela Contabilidade deste órgão.

15. DO FORO.

a) Fica eleito o foro da Comarca desta cidade, para dirimir quaisquer dúvidas com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica;

Em obediência ao parágrafo único do Art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/93, enviamos o *processo administrativo nº 025/2021* que versa sobre a *Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA*. Para exame da minuta do instrumento convocatório e seus anexos, para abertura da fase externa do processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação.

“Art. 38. Parágrafo Único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

Timbiras-MA, 02 de março de 2021.


- Raimundo Jonas Silva Coelho -
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dispensa de licitação n./2021

Requisitante: Câmara Municipal de Timbiras/Comissão Permanente de Licitação

Senhor (a) Signatário (a);

Convidamos você licitante para apresentar sua documentação de habilitação e reapresentar proposta de preço em até 05 (cinco) dias úteis na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Rua José Antônio Francis, s/n – Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com. referente ao processo administrativo nº 025/2021, conforme termos que seguem abaixo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO;

- a) A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital, Termo de referências.
- b) A quantidade dos produtos/serviços indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do(s) **Órgão(s) Solicitante(s)**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

- a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricada(s), sua(s) página(s) e a última assinada e datada pelo signatário legal da empresa:
- b) A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, contendo obrigatoriamente (conforme declaração em anexo) os seguintes itens:
- c) Número da dispensa de licitação, do processo administrativo, nome completo do representante legal da empresa, número do CPF e cargo na empresa;
- d) Os seguintes dados da empresa: Razão Social; Endereço; Telefone; Número do CNPJ; Dados bancários – Agência/Conta/Banco e-mail (se houver).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

- e) Preço unitário de cada item em algarismo arábico e preço total em algarismo arábico e por extenso da proposta, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;
- f) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- g) Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado do compromisso assumido.
- h) Especificação clara do objeto, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, contendo a marca do(s) produto(s) cotado(s).
- h) Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo o licitante se limitar às especificações deste Edital.
- j) Prazo de entrega conforme definido no Anexo I - Termo de Referência;

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

Habilitação Jurídica:

I - Cédula de identidade e CPF (ou documento equivalente) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral) emitido há pelo menos 60 (sessenta) dias antes deste certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

- b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- f) Certidão Negativa de débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto ao domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF perante a Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Declarações

a) Modelo de declaração de que **não emprega menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, nos termos do **Anexo II**.

b) Modelo de proposta. Nos termos do **Anexo III**

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;

a) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos Classificados conforme abaixo especificado:

Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

6. DO CONTRATO;

a). A contratação do objeto licitado será efetivada mediante contrato, conforme minuta constante no Anexo do edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- b). O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade do licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições das especificadas neste Edital e seus Anexos.
- c). O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- d). O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.
- e). O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

7. DO PAGAMENTO;

- a). O pagamento será feito em favor da contratada, através de depósito bancário na sua conta corrente por intermédio de ordem bancária, emitido pela solicitante do objeto.
- b). A contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura à solicitante acompanhada da autorização, da certidão negativa de débitos junto à Seguridade Social CND/ INSS e da Certidão de Regularidade do FGTS, Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa da Dívida Ativa. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à: ISSQN – Imposto Sobre de Qualquer Natureza; Certidão Negativa de Débitos Fiscais; Certidão Negativa da Dívida Ativa, todas, com validades compatíveis à data de pagamento e com o Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgãos Públicos – DANFOP.
- c). É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- d). A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela responsável do recebimento do objeto da licitação o qual será designado pela solicitante.
- e). O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;

- a). Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade em tela, sob a égide da Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couberem, e demais normas pertinentes à espécie.
- b). Fica assegurado a Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, à qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c). A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- d). O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.
- e). O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta.
- f). Caso seja necessária interrupção, os autos do processo ficarão sob a guarda da CPL, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- g). A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.
- h). Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a continuação da contratação ficará condicionada à análise pela solicitante do objeto quando ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
- i). Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca desta cidade excluindo quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

9. DOS ANEXOS;

- a). Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- b). Anexo I - Termo de Referência;
- c). Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d). Anexo IX – Modelo de proposta;
- e). Anexo XII – Minuta do Contrato;
- f). Anexo XIV – Termo de encerramento;

Timbiras – MA, de de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO II
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para a Comissão Permanente de Licitação/CPL
Câmara Municipal de Timbiras/MA

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/2021

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,
sedíada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

.....(.....), de de 2021

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DO PROPONENTE:.....REFERENTA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº...../21

CNPJ/MF:..... PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº...../21.

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CEP: _____ CIDADE/UF: _____

TEL: (____) _____ FAX: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS: N.º e NOME DO BANCO, AGÊNCIA, N.º DA CONTA-CORRENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO FAVORECIDO.

CONTATO: _____

02 – Objeto: Contratação de empresa para, de interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme o abaixo especificado:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1					
VALOR TOTAL					

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: *mínima de 60 (sessenta) dias.*

05 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

06 – VALOR UNITÁRIO E TOTAL DA PROPOSTA: (em algarismos e por extenso).

Local e data, de de 2021.

[Carimbo Padronizado do CNPJ da empresa]

Assinatura do Representante legal/Função

Nome:

Cargo:

RG.:

CPF:

Elaborar a proposta em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Minuta do Contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Contrato N.º ___/2021

Dispensa de Licitação ___/2021

Processo Administrativo n.º ___/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE TIMBIRAS, E A EMPRESA;
_____ ; NA FORMA ABAIXO**

PRELIMINARES;

Por este instrumento particular de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado como **Contratante** a Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, com a sede localizada à Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, nesta cidade, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ n.º 23.662.570/0001-42, representada pelo Excelentíssimo Presidente, Sr. Alexandro Rocha Nascimento, portador do CPF n.º 042.063.303-01 e do RG: 033861502007-2 SSP/MA, e a empresa: (Razão Social): _____ (nome fantasia) _____, situada à _____ n.º ___, bairro _____, _____/_____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu signatário, Sr; _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado no endereço, portador da Cédula de Identidade n.º _____/_____ e do CPF n.º _____, a seguir denominado **Contratada**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir expressas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO DO CONTRATO;

1.1.O presente contrato tem pôr objeto *contratação de empresa para* _____

Cláusula Segunda: DO FUNDAMENTO LEGAL;

2.1. Este contrato tem como amparo legal a Dispensa de Licitação n.º ___/2021 sob a égide da Lei 8.666/93, a Lei Complementar 123/2006, e demais normas pertinentes à espécie;

Parágrafo 1º A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira: DO VALOR CONTRATUAL;

3.1. Pelo do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o Valor contrato: mensal de R\$ (.....), totalizando um valor global de R\$ (.....), conforme descrição abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item		und	Qtd	Valor unitário	Valor global
Valor Total do Lote				R\$	

Cláusula Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS;

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos classificados conforme abaixo especificado:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cláusula Quinta: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO;

5.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, conforme parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano.

Cláusula Sexta: DOS SERVIÇOS, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO;

6.1. Os serviços deverão ser executado, conforme especificados no Termo de Referência, que deu origem ao processo ao presente contrato, sendo que a inobservância das condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o objeto que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. O objeto licitado devera ser fornecido sem ônus para a Contratante

Parágrafo 1º - Os serviços deverão ser realizados de forma imediata, após o recebimento da ordem de serviço em dias úteis, em local e horário obrigatoriamente definido pela mesma ordem.

Parágrafo 2º - No caso de algo superveniente, fortuito ou de força maior e não serem tomadas providencia dentro de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação para a substituição mencionada, a Contratante poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da contratada.

Parágrafo 3º - Caso a data solicitação da nova ordem de serviço coincida com dia em que não haja expediente, o mesmo se fará no dia útil imediatamente posterior.

Cláusula Sétima: DO PAGAMENTO;

O pagamento será efetuado pelo **Contratante** no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da solicitação de pagamento pela **Contratada**.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a) Nota Fiscal / Fatura;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.212/91);
- c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.036/90);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- e) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, com validade compatível com a data do pagamento (Lei 2.231/1962 e Lei nº 7.799/2002);

Parágrafo Único - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Cláusula Oitava: DA RECOMPOSIÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OBJETO DO CONTRATO;

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

Cláusula Nona: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos serviços recebidos.

O Licitante deverá manter preposto aprovado pela câmara municipal, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d). Fiscalizar a execução dos serviços desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto do Licitante, as ocorrências havidas.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Obriga-se, ainda a contratada, sem prejuízo do constante nas solicitações da câmara e da proposta naquilo que não contrariar as disposições deste instrumento:

- a) Prestar os Serviços mantendo todas as condições de qualidade originais;
- b) Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato;
- c) Atender prontamente as Ordens de Serviços, expedindo a competente nota de prestação de serviços;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por danos resultantes de negligência, imperícia, imprudência ou dolo próprio, bem como dos prejuízos decorrentes da qualidade do Serviço;
- e) Arcar com os tributos, que incidam ou venham incidir sobre o respectivo contrato.

Cláusula Décima-Primeira: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

- a) Acompanhar e fiscalizar todos os procedimentos da Contratada, pertinentes à prestação dos serviços do presente Contrato;
- b) Efetuar pagamento em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota de Prestação dos serviços;

Cláusula Décima Segunda: DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS;

- 12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo;
- 12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira: DA RESCISÃO DO CONTRATO;

- 13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula Décima Quarta: DAS SANÇÕES E PENALIDADES;

- 14.1. A contratada quando ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Timbiras,



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

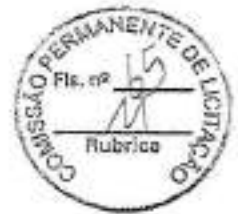
14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – Comissão, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas ao edital que deu origem a este contrato;

14.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Timbiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Cláusula Décima Quinta: DOS CASOS OMISSOS;

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz das leis que regeram todo o certame licitatório e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sexta: DO FORO;

16.1. Fica eleito o foro da Comarca desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Timbiras (MA), ____ de _____ de 2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do edital de licitação na modalidade Dispensa de licitação nº ____/2021, possui _____ (_____) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, xx de xxxxxx de 2021.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente da CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 025/2021

Interessado: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Parecer/Minuta do Edital/Dispensa de Licitação

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, art. 38, § único; Art. 24, II.

Análise jurídica da minuta do edital Dispensa de Licitação, que tem como objeto Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, nos termos das legislações pertinentes ao caso concreto.

Senhor(a) Presidente,

Por força da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, vieram a esta assessoria os autos da dispensa de licitação nº 013/2021-Câmara, para fins de análise e parecer.

A Lei de Licitações, em seu art. 38, parágrafo único, prevê que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, senão vejamos:

"Art. 38 -

O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

2. Da escolha da modalidade;

As compras e contratações a serem realizadas pela administração pública ser revestidas de cuidados e adotar procedimentos simplificados, à fim de atender o devido destino dos recursos financeiros, bem como a devida aplicação. Partindo dessa premissa a



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

questão da escolha da modalidade de licitação é o primeiro passo, assim norteia a jurisprudência do TCU;

Identificar a necessidade, motiva-se a contratação, para então, partir-se para verificação da melhor forma de sua prestação. Ou seja, a decisão pela contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa é posterior e toda uma etapa preparatória que deve ser a mesma para qualquer caso. A impossibilidade ou a identificação de possibilidade de contratação direta como melhor opção para a administração, só surge após a etapa inicial de estudos. Como regra geral é a licitação, a sua dispensa ou inexigibilidade configuram exceções. Como tal, portanto, não podem ser adotadas antes das pesquisas e estudos que permitam chegar a essa conclusão.

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93. Conforme se verifica no presente processo de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

E nesta situação, o artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 assevera o seguinte:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

....."

Cumpre-se salientar que a alínea "a" do inciso II do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória "carta convite", cujo valor limite é até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e portanto, sendo dispensável contratação no valor de 10% (dez por cento) deste valor. Conclui-se portanto que o valor deste processo de dispensa está dentro dos limites legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Em relação à minuta do contrato (Anexo) tem-se o Art. 55 da Lei 8.666/93 no qual faremos uma comparação entre os requisitos nos incisos do referido artigo e a minuta apresentada pela CPL, senão veremos;

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a é exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

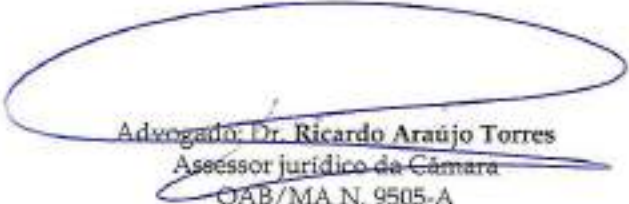
De outro passo, deve ser verificada também a conformidade expressa no caput do art. 26, combinado com o respectivo parágrafo único, vislumbra-se que a instrução do procedimento de dispensa e inexigibilidade de licitação deve ser elaborada com a justificativa da situação que a ensejou, da escolha do fornecedor e do preço contratado, se estão coerentes com o procedimento aplicado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Da Conclusão

No caso vertente, após análise da referida dispensa, constatamos que as exigências da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, estão adequados, o que nos leva a opinar pela sua aprovação.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Timbiras (MA), 04 de março de 2021.


Advogado: Dr. Ricardo Araújo Torres
Assessor jurídico da Câmara
OAB/MA N. 9505-A
OAB/PE N. 19443



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dispensa de licitação n. 013/2021

Requisitante: Câmara Municipal de Timbiras/*Comissão Permanente de Licitação*

À empresa (Razão Social): ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ: 02.288.268/0001-04

ENDEREÇO: Rua Lauro Maia, nº 1120, bairro de Fátima, Fortaleza, Ceará.

Senhor (a) Signatário (a);

Convidamos você licitante para apresentar sua documentação de habilitação e reapresentar proposta de preço em até 05 (cinco) dias úteis na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Rua José Antônio Francis, s/n – Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com. referente ao processo administrativo nº 025/2021, conforme termos que seguem abaixo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO;

a) A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital, Termo de referências.

b) A quantidade dos produtos/serviços indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do(s) **Órgão(s) Solicitante(s)**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricada(s), sua(s) página(s) e a última assinada e datada pelo signatário legal da empresa:

b) A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, contendo obrigatoriamente (conforme declaração em anexo) os seguintes itens:

c) Número da dispensa de licitação, do processo administrativo, nome completo do representante legal da empresa, número do CPF e cargo na empresa;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d) Os seguintes dados da empresa: Razão Social; Endereço; Telefone; Número do CNPJ; Dados bancários – Agência/Conta/Banco e-mail (se houver).
- e) Preço unitário de cada item em algarismo arábico e preço total em algarismo arábico e por extenso da proposta, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;
- i) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- j) Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado do compromisso assumido.
- h) Especificação clara do objeto, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, contendo a marca do(s) produto(s) cotado(s).
- k) Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo o licitante se limitar às especificações deste Edital.
- k) Prazo de entrega conforme definido no Anexo I - Termo de Referência;

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

Habilitação Jurídica:

I – Cédula de identidade e CPF (ou documento equivalente) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral) emitido há pelo menos 60 (sessenta) dias antes deste certame.
- b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- f) Certidão Negativa de débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto ao domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF perante a Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Declarações

a) Modelo de declaração de que **não emprega menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, nos termos do **Anexo II**.

b) Modelo de proposta. Nos termos do **Anexo III**

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;

b) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos Classificados conforme abaixo especificado:

Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

6. DO CONTRATO;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a). A contratação do objeto licitado será efetivada mediante contrato, conforme minuta constante no Anexo do edital.
- b). O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade do licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições das especificadas neste Edital e seus Anexos.
- c). O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- d). O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.
- e). O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

7. DO PAGAMENTO;

- a). O pagamento será feito em favor da contratada, através de depósito bancário na sua conta corrente por intermédio de ordem bancária, emitido pela solicitante do objeto.
- b). A contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura à solicitante acompanhada da autorização, da certidão negativa de débitos junto à Seguridade Social CND/ INSS e da Certidão de Regularidade do FGTS, Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa da Dívida Ativa. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à: ISSQN – Imposto Sobre de Qualquer Natureza; Certidão Negativa de Débitos Fiscais; Certidão Negativa da Dívida Ativa, todas, com validades compatíveis à data de pagamento e com o Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgãos Públicos – DANFOP.
- c). É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- d). A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela responsável do recebimento do objeto da licitação o qual será designado pela solicitante.
- e). O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;

- a). Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade em tela, sob a égide da Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couberem, e demais normas pertinentes à espécie.
- b). Fica assegurado a Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, à qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c). A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- d). O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.
- e). O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta.
- f). Caso seja necessária interrupção, os autos do processo ficarão sob a guarda da CPL, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- g). A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.
- h). Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a continuação da contratação ficará condicionada à análise pela solicitante do objeto quando ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
- i). Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca desta cidade excluindo quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

9. DOS ANEXOS;

- a). Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- b). Anexo I - Termo de Referência;
- c). Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d). Anexo IX – Modelo de proposta;
- e). Anexo XII – Minuta do Contrato;
- f). Anexo XIV – Termo de encerramento;

Timbiras – MA, 04 de março de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO II
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para a Comissão Permanente de Licitação/CPL
Câmara Municipal de Timbiras/MA

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº .../2021

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,
sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

.....(.....), de de 2021

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DO PROPONENTE:.....REFERENTA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/21

CNPJ/MF:..... PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/21.

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CEP: _____ CIDADE/UF: _____

TEL: (____) _____ FAX: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS: N.º e NOME DO BANCO, AGÊNCIA, N.º DA CONTA-CORRENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO FAVORECIDO.

CONTATO: _____

02 – Objeto: Contratação de empresa para, de interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme o abaixo especificado:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1					
VALOR TOTAL					

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: *mínima de 60 (sessenta) dias.*

05 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

06 – VALOR UNITÁRIO E TOTAL DA PROPOSTA: (em algarismos e por extenso).

Local e data, de de 2021.

[Carimbo Padronizado do CNPJ da empresa]

Assinatura do Representante legal/Função

Nome:
Cargo:
RG.:
CPF:

Elaborar a proposta em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do edital de licitação na modalidade Dispensa de licitação nº ___/2021, possui _____ (_____) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS,
Estado do Maranhão, xx de xxxxxx de 20...



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Documentação de habilitação

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO E CARTEIRAS
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO DE VEÍCULOS

Nome: LUCIANO TEIXEIRA GONDES

Identidade: RG 921027024-4 - UF: CE

CPF: 358.499.243-53 - **Data Nascimento:** 07/01/1965

Nome do Veículo: FRANCISCO GONDES DE ALENCAR
MORIA NOLE TEIXEIRA GONDES

Placa: [] - **UF:** [] - **Data de Matrícula:** []

Valor do IPI: 007453040 - **Série:** 0270420100 - **Data de Emissão:** 16/09/1984

Assinatura: [Assinatura]

Cidade: FORTALEZA, CE - **Data de Emissão:** 07/06/2015

Valor do IPI: 0466001030 - **Série:** 0000000099



ESTADO DO CEARÁ - GABINETE VICERÉ CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E CARTÓRIAS
TACELIA ANDREIA MARIA ARARI M. ALMEIDA FERREIRA - CPF: 06.371.000/0001-67
Rua Major Facundo, 675 - Centro - CEP: 61.025-160 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3004.5000
E-mail: 6004@ceara.jus.br / 6004@ceara.ce.gov.br

AUTENTICAÇÃO Nº 258176

Autêntico a preserção copia fotográfica do documento que me foi apresentado, tendo notas e a parte interessada Odu M. Em testemunho de verdade.

Selo Digital de Autenticação - **SELO DE AUTENTICAÇÃO**

Participante de A. M. Lopes - J. Maria S. Soares - J. Luiz M. Correia Neto
Cesar Augusto C. Rodrigues Jr. - Ariete Lemos Rodrigues - Escreventes

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



AUTENTICAÇÃO Nº 25470
 Autentico a presente copia registrada de documento que me foi apresentado nestas notas pelo Sr. Intendente Douffé
 Parteira, 02 de abril de 2003. Situação: Regular
 Em testemunho da verdade
 Selo Digital de Fiscalização / SELO DE AUTENTICAÇÃO
 Fernando de A. M. Cavaleiro - João Manoel C. Soares - Luiz V. Carneiro Neto
 Cesar Alexandre P. Rodrigues - Ariene Lopes Rodrigues - Secretarias





1. LUCIANO PRIXOTO GUEDES, brasileiro, Natural de Jaguaribe Ce, estado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 07/01/1963, contador, CRC: C1. 10.383, inscrito no CPF nº 094.791.245-55, estado de identidade nº 535.512.82 SSP Ce, residente e domiciliado na Rua Santos Albuquerque, 185, apt. 404, Conjunto Teyton, CEP: 60130-160, Fortaleza Ce.

2. ANTÔNIO CARLOS COSTA AIRES, brasileiro, Natural de Piquet Carretera Ce, estado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 20/02/1967, técnico de contabilidade, CRC: C1. 10.383, inscrito no CPF nº 499.347.754-68, estado de identidade nº 2.414.820.92 SSP Ce, residente e domiciliado na Rua Santos Albuquerque, 185, apt. 1502, Conjunto Teyton CEP: 60130-160, Fortaleza Ce.

3. MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO, brasileiro, Natural de Fortaleza Ce, solteiro, nascido em 21/08/1967, técnico em contabilidade, CRC: 4.13.13.790, inscrito no CPF nº 258.857.154-05, estado de identidade nº 94.002.993.976 SSP Ce, residente e domiciliado na Rua Nunes Valente, 2500, apt. 704, De-sa-sa Torres, CEP: 60125-121, Fortaleza Ce. Único proprietário de uma sociedade limitada com denominacao de ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 02.298.268/0001-04, tem sede e domiciliado na Rua Lucas Maia 112, CEP: 60765-210, Fortaleza Ce. Representa na Junta Comercial do Estado do Ceará sob nº 273.947.59476 em 27/02/2007, Aditivo I sob nº 232163613 em 20/04/2007, Aditivo II sob nº 232171139 em 21/05/2007, Aditivo III sob nº 232170047 em 13/09/2007, IV Aditivo sob nº 2004042130 em 05/02/2008, Aditivo V sob nº 20050242846 em 20/01/2008, Aditivo VI sob nº 20090370445 em 28/01/2008, Aditivo VII sob nº 20090609056 em 12/03/2009, podendo alterar e consolidar seu Contrato Social mediante as seguintes cláusulas:

[Handwritten signature]

1ª Cláusula - A sociedade a partir desta data altera a 6ª Cláusula - Encerramento do exercício social

As reuniões de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômicos, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, compreendendo adiantamentos de lucros como também levantamento de balanço patrimonial para o encerramento social para fins de distribuição de lucros.

2ª Cláusula - As Cláusulas que não foram alteradas direta ou indiretamente por este instrumento permanecem de acordo com o contrato social e aditivos anteriores.

3ª Cláusula - O Contrato Social, já reformulado segundo a Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2003 (Novo Código Civil), faz as alterações já consolidadas para a respectiva segunda as disposições do sector.

[Handwritten signature]

ESTADO DO CEARÁ - GABRILO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º STER
TABELIA: ANDELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 02.572.800/0001-07
Rua Major Fagundes, 376 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - FONE: 3101.1175
E-mail: mcorreia@moraiscorreia.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 32/234 ---
Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas notas pela parte interessada. Ocorrê em Fortaleza, 10 de dezembro de 2019. Emplacamento: 85.200
Em testemunho da verdade de
SELO 3 - AUTENTICAÇÃO

Participação de A. M. Correia (1) - L. M. Correia (1)
(1) - César Alexandre G. Rodrigues (1) - Kristine Leites Rodrigues
(1) - José Juceli Alves de Medeiros Filho (1) - Adriano Silva de Brito - Escrevente

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



[Handwritten signature]

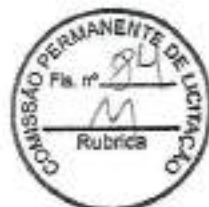
[Handwritten signature]

CONSOLIDAÇÃO DO CONTEÚDO SOCIAL

ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 02.288.268/0001-04

OTTAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



LUCIANO PEIXOTO GUEDES, brasileiro, Natural de Jaguaribe-Ce, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 07/01/1965, contador, inscrito no CPF nº 358.499.213-53, cédula de identidade nº 535.542-82 SSP-Ce, residente e domiciliado na Rua Sotanos Albuquerque, 185, ap. 401, Joaquim Távora, CEP 60.130-160, Fortaleza-Ce;

ANTÔNIO CARLOS COSTA AIRES, brasileiro, Natural de Piquet Carneiro-Ce, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 20/02/1967, técnico de contabilidade, CRC-CE 10.654, inscrito no CPF nº 499.347.754-08, cédula de identidade nº 2.414.820-92 SSP-Ce, residente e domiciliado na Rua Sotanos Albuquerque, 185, ap. 1502, Joaquim Távora, CEP 60.130-160, Fortaleza-Ce;

MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO, brasileiro, Natural de Fortaleza-Ce, solteiro, nascido em 23/05/1967, técnico em contabilidade, CRC-CE 13.250, inscrito no CPF nº 258.887.153-00, cédula de identidade nº 94.002.293.976 SSP-Ce, residente e domiciliado na Rua Nunes Valente, 2800, ap. 701, Divisão Fortes, CEP 60.125-121, Fortaleza-Ce.

1ª. Cláusula DENOMINAÇÃO E SEDE:

A sociedade tem por denominação ASP- AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, sede de fantasia, ASPEC INFORMÁTICA, e tem sede e domicílio na Rua Lauro Mota, 1120, bairro: CEP 60.055-710, Fortaleza-Ce.

2ª. Cláusula CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), dividido em 210.000 (duzentos e dez mil) quotas, de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizados em moeda corrente do País, sendo assim distribuídos entre as ações:

LUCIANO PEIXOTO GUEDES	70.000 quotas	R\$	70.000,00
ANTÔNIO CARLOS COSTA AIRES	70.000 quotas	R\$	70.000,00
MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO	70.000 quotas	R\$	70.000,00
TOTAL	210.000 quotas	R\$	210.000,00

5ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, alteração contratual pertinente.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL COLEGIAL - 6º OFÍCIO DE NOTAS E 3º RTORJ
TABELA: ANGEIA MARIA ARAÚJO NORAS COLEGIAL - CNMJ: 08.573.038/0001-07
Rua Major Focantini, 675 - Centro - CEP: 60.025-180 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.1900
E-mail: notariocolegial@notariocolegial.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 7234
Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas notas, pela parte interessada. Dou fé em testemunho da verdade.
SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
1) Francisco de A. M. Correia / 1) LUCIANA CORRÊA NETO
1) Cassia Alexandra C. Rodrigues / 1) Ariane Lemos Rodrigues
1) José José Alves de Mendonça / 1) Loriano Silva de Brito - Estreantes
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 07.288.268/0001-01

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.2ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

3ª. Cláusula - OBJETO SOCIAL:

A Sociedade tem por objeto:

- 1) análise e desenvolvimento de sistemas;
- 2) Programação;
- 3) Processamento de dados e informações;
- 4) elaboração de programas de computadores;
- 5) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- 6) Assessoria e consultoria em informática;
- 7) Copiamento de documentos eletrônicos (digitalização);
- 8) Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação de bancos de dados;
- 9) Planejamento, construção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas;

4ª Cláusula - PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES:

A sociedade, ip.s., conforme seu ato constitutivo, arquivado na JUCESP, sob nº 23200750475, iniciou suas atividades em 20 de Outubro de 1997, com prazo de duração indeterminado.

5ª Cláusula - ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade caberá aos senhores LUCIANO PEIKOTO GUIDES, ANTÔNIO CARLOS COSTA AIRÉS e MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO, já qualificados anteriormente, que assumirão total e conjuntamente, com os poderes e atribuições de administradores e autorizados ao uso da representação, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir em nome da sociedade, sem autorização dos outros sócios, obrigações em favor de qualquer quotista ou terceiros, bem como, assumir ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

ESTADO DO CEARÁ - BARTOLINO MORAIS CORRÊA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTOCOLOS
TABELA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORRÊA - CNDP: 56.973.004/001-67
Rua Major Facundo, 875 - Centro - CEP: 63.025-103 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.9328
E-mail: mcorrea@marcosmoraismoraes.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 54/234
Autentico a presente cópia/reprodução do documento que me foi apresentado nestas datas pela parte interessada Doula
Em testemunha da verdade
SELO 3 - AUTENTICAÇÃO

1) Francisco de A. M. Correia - 1 - Uda M. Correia Neto
(1) - Cesar Alexandre B. Rodrigues (1) - Ariana Lemos Rodrigues
(1) - José José Alves de Medeiros Filho (1) - Adriana Silva de Brito - Escrevente

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 02.288.268/0001-01

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



6ª Cláusula - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Até o término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, permitindo adiantamento de lucros como também levantamento de balanço patrimonial durante o exercício social para fins de distribuição de lucros.

7ª Cláusula - DELIBERAÇÃO DAS CONTAS:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

8ª Cláusula - FILIAIS:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

9ª Cláusula - REMUNERAÇÃO:

Os sócios terão direitos a uma retirada mensal, a título de pró-labore, fixada consensualmente entre os sócios, observada as disposições regulamentares pertinentes.

10ª Cláusula - RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o tutor. Não sendo possível ou recusando interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - o mesmo procedimento será adotado nos outros casos em que a sociedade se resolver em relação a seu sócio.

11ª Cláusula - DECLARAÇÃO:

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peço ou suborno, concussão, peculato, ou crime a respeito popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2ª ETORJ
TABELA: ANGELA MARIA APARECIDA NOGUEIRA CORRÊA - CNPJ: 05.573.094/0001-07
Rua Major Falcão, 575 - Centro - CEP: 60.025-190 - Fortaleza - CE - Tel: (81) 3384.2100
E-mail: notariocorraa@notariocorraa.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 347234

Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas notas pela parte interessada. Ou, se for o caso, em virtude de interdição, peço ou suborno, concussão, peculato, ou crime a respeito popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

SELO 3 - AUTENTICAÇÃO

[[- José Jacil Alvim de Albuquerque Filho () - Adriano Silva de Brito - Escriba
[[- Cesar Alexandre G. Rodrigues () - Arlene Lemos Rodrigues
[[- José Jacil Alvim de Albuquerque Filho () - Adriano Silva de Brito - Escriba

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 02.288.268/0001-04

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



12ª. Cláusula - FORO JURIDICO:

As partes elegem o foro de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

As partes assinam esta em duas vias e contratados, assinam o presente aditivo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Fortaleza, 06 de Junho de 2011.

Luciano Peixoto Guedes
LUCIANO PEIXOTO GUEDES

[Handwritten signature]

Antônio Carlos Costa Aires
ANTÔNIO CARLOS COSTA AIRES

Marcos Augusto Bezerra Barroso
MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
LERTICIO O REGISTRARIA 10/05/2011
DPO Nº 2011/757023
Protocolo: 11671952 5 DE 10/05/2011
EMPRESA 23 2 0075947 6
RUA MOURA RODRIGUES, 370 - CENTRO - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (81) 2404-3999
E-mail: mrc@ccerj.com.br
10 - PAULO CESAR DE LONDRA
SECRETARIA GERAL

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL COORDENADOR - FORTALEZA DE NOSSA SENHORA
TABELIA: ANIELA MARCA MOURA MONAIS COELHO - CNPJ: 06.273.903/0001-07
Rua Moura Rodrigues, 370 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (81) 2404-3999
E-mail: mrc@ccerj.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 107.233
Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas datas pela parte interessada. Das fe
Fortaleza, 10 de dezembro de 2010. Evidenciada: R\$ 2,00
Em testemunho da verdade
SELO 3 - AUTENTICAÇÃO

1º - Francisco de M. N. de Sá - 1º - Luiz M. Cordeiro Neto
() - César Alexandre G. Rodrigues () - Ariane Lemos Rodrigues
() - José José Alves de Mesquita Filho () - Adriano Silva de Brito - Escrivães

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



[Handwritten signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA "ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E
PRODUTO DE INFORMÁTICA LTDA."

CNPJ 02.288.268/0001-04

NIRE 23300750476



LUCIANO PEIXOTO GUEDES, brasileiro, natural de Jaguaribe, Estado do Ceará, casado em regime de comunhão universal de bens, nascido em 07/01/1965, Contador, CRC-CE 10.208, portador da Cédula de Identidade nº 535.542-82 SSP-CE, inscrito no CPF sob nº 358.499.243-53, residente e domiciliado na Rua Soriano Albuquerque, 165, apto 401, Joaquim Távora, CEP 60.130-160, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;

ANTÔNIO CARLOS COSTA AIRES, brasileiro, natural de Fiquel Carneiro, Estado do Ceará, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 20/02/1967, técnico em contabilidade, CRC-CE 10.651, portador da Cédula de Identidade nº 2.414.620-82 SSP-CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 499.347.754-66, residente e domiciliado na Rua Soriano Albuquerque, 165, apto 1502, Joaquim Távora, CEP 60.130-160, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;

MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO, brasileiro, Natural de Fortaleza, Estado do Ceará, solteiro, nascido em 21/06/1967, técnico em contabilidade, CRC-CE 13.250, portador da Cédula de Identidade nº 94002293976 SSP-CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 258.857.153-00, residente e domiciliado na Rua Nunes Valente, 2500, apto 701, Dionísio Torres, CEP 60.125-071, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária Limitada "ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA", estabelecida Rua Luro Maia, nº. 1120, Bairro de Fátima, CEP 60.065-210, Fortaleza, Ceará, inscrita no CNPJ 02.288.268/0001-04, com seu alvará constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará sob NIRE nº 23300750476 em 17/12/1997, resolvem e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, em termos da Lei 10.406/2002, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª (PRIMEIRA): ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO, RETIRADA DE SÓCIO:

1.1 De acordo com a CLÁUSULA 2ª (Segunda) do Contrato Social consolidado no 8º (oitavo) Aditivo da Sociedade, o atual Capital Social da Sociedade é de R\$ 210.000,00 (duzentos dez mil reais), totalmente subscritos, devidos e representados por 210.000 (duzentos dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, devidamente integralizado neste ato, de forma à vista, em dinheiro, moeda legal e corrente no País pelos sócios quotistas conforme quadro a seguir:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO NOTARIAL CORRUIÁ - Nº OFÍCIO DE NOTAS E PROTON
TABELA ANGELA MARIA APARECIDO MORAIS CORRUIÁ - CNPJ: 01.573.828/0001-07
Rua Major Pinheiro, 574 - Centro - CEP: 20.625-110 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5908
E-mail: cartorio@cartorio@protestos.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 54/234
Autentico a presente e copia respectiva do documento que me foi apresentado nestas notas, pela parte interessada. Dou fe em testemunho da verdade.
SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
Testemunhas de A. M. Correia - (1) - Lúcia Cordeiro Reis
(1) - Cassia Alexandrina D. Rodrigues - (1) - Jillete Cemos Rodrigues
(1) - José José Alves de Mesquita - (1) - Adriano Silva de Brito - Escrevente



VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

Handwritten signature in blue ink.

INSTRUMENTO PARTICULAR DA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA "ASP - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E
PRODUTO DE INFORMÁTICA LTDA."

CNPJ 02.288.268/0001-04

NIRE 23200759476



SÓCIOS QUOTISTAS	QUOTAS	R\$	%
LUCIANO PEIXOTO GUEDES	70.000	70.000,00	33,34
ANTONIO CARLOS COSTA AIRES	70.000	70.000,00	33,33
MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO	70.000	70.000,00	33,33
TOTAL	210.000	210.000,00	100,00

1.2 De acordo com ata de reunião da diretoria realizada aos 19/08/2011, devidamente registrada em Cartório, o Sócio cotista MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO, detentor e titular de 70.000(setenta mil) quotas sociais, vende e transfere a totalidade das cotas para o sócio cotista LUCIANO PEIXOTO GUEDES, já qualificado anteriormente, na forma e valor estipulados em Contrato Particular próprio.

1.3 O Sócio MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO retira-se da sociedade totalmente satisfeito de todos os seus haveres e liberados de todas as obrigações junto à mesma, de qualquer natureza, incluindo trabalhista, fiscal e cível.

1.4 O Capital Social da Sociedade, totalmente subscritos de R\$ 210.000,00 (duzentos dez mil reais), divididos e representados por 210.000(duzentos dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00(um real) cada, devidamente integralizado neste ato, de forma à vista, em dinheiro, moeda legal e corrente no País pelos sócios quotistas, passa a ser conforme quadro a seguir.

SÓCIOS QUOTISTAS	QUOTAS	R\$	%
LUCIANO PEIXOTO GUEDES	140.000	140.000,00	66,67
ANTONIO CARLOS COSTA AIRES	70.000	70.000,00	33,33
TOTAL	210.000	210.000,00	100,00

CLÁUSULA 2ª (SEGUNDA): OBJETIVO SOCIAL

2.1 - A Sociedade a partir desta data altera a 3ª Cláusula do Contrato Social consolidado no 8º (oitavo) Aditivo, o objetivo social será a prestação dos serviços:

- 1) Análise e desenvolvimento de sistemas;
- 2) Programação;
- 3) Processamento de dados e congêneres;
- 4) Elaboração de programas de computadores;
- 5) Licenciamento ou cessão de direito de uso de programa de computação;
- 6) Assessoria e consultoria em informática;
- 7) Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programa de computação de bancos de dados;
- 8) Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MONTE CARLOS - 4º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
TABELIA: ANGELA MARIA AZEVEDO LOPES CORREIA - OMP nº 56.374408/0001-01
Rua Major Passeneq, 80 - Centro - CEP: 61.010-110 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5260
E-mail: montecarlospm@cartorioce.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 307234 ---

Autentico a presente cópia/reprodução do documento que me foi apresentado nestas notas pelo parte interessada. Das fe
Fortaleza, 10 de dezembro de 2018. Emolumentos: R\$ 2,50

Em testemunho da verdade

SELO 3 - AUTENTICAÇÃO

() - Tábua de A. M. Cordeiro - () - Luis M. Cordeiro Neto
() - César Alexandre G. Rodrigues () - Arlene Lemos Rodrigues
() - Manoel Brito de Menezes Filho () - Adriano Silva de Brito - Secretário

o valor de cada uma das quotas em
valor de R\$ 1,00 (um real) cada



INSTRUMENTO PARTICULAR DA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA "ASE - AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E
PRODUTO DE INFORMÁTICA LTDA."
CNPJ 02.288.268/0001-04
NIRE 23200759476





CLÁUSULA 3ª(TERCEIRA): As cláusulas que não foram alteradas diretas ou indiretamente por este instrumento permanecem de acordo com o Contrato Social e aditivos anteriores.


ENCERRAMENTO:

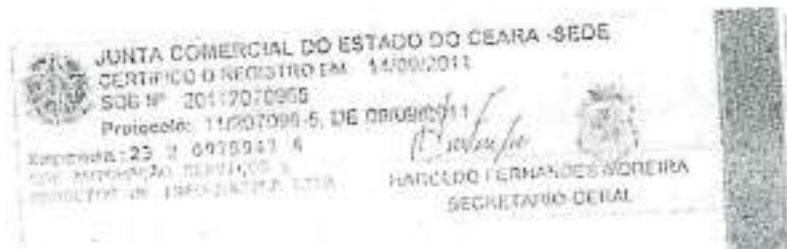
E por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento, em 04 (três) vias de igual forma e teor.

Fortaleza (CE), 19 de Agosto de 2011


LUCIANO PEIXOTO GUEDES


ANTONIO CARLOS COSTA AIRES


MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
ENDREÇA: ANGELO MARIA ARAÚJO MORAIS CORRÊA - CNPJ: 09.573.882/0001-07
Rua Major Paschoa, 679 - Centro - CEP: 66.006-100 - Fortaleza - CE - Tel: (81) 3444.1000
E-mail: morais@cartorio.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 947234
Autentico a presente para referências do documento que me foi
apresentado nestas notas da parte interessada. Ou seja
Fortaleza, 10 de setembro de 2011. Emolumento: R\$ 2,00
em testemunho da verdade.
SELO 3 - AUTENTICAÇÃO

1 - Anacleto da N. Correia - () - Lúcia M. Correia Neto
2 - Cassio Alexandre G. Rodrigues - () - Ariane Lemos Rodrigues
3 - José Júlio Aires da Nogueira Filho - () - Adilene Silva da Gm - Escrevintes

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Confira o código de verificação
autenticação que acompanha



000043032103
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado de Maranhão
ASSESSORIA DE LICITAÇÃO

000043032103
Empl. 014 de 014
R\$ 10.000,00 Total R\$ 10.000,00

ALÉM CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
RUA TERNILHA Nº 520
SÃO LUÍS, 19107-110 Fone: 3223-1888
Em Instalação

CONFERIDO e achado conforme original com validade
de 15 (quinze) dias da data da verificação

053532413-80
053532413-80
053532413-80
053532413-80

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 028092502005-6 - DATA DE EMISSÃO 15/01/2015

NOME GESSICLEIA VERAS DE ALMEIDA

PAIS DO TITULAR MANOEL ALVES DE ALMEIDA E MARIA DO SOCORRO CONCEIÇÃO VERAS DE ALMEIDA

DATA DE NASCIMENTO 12/09/1991

NACIONALIDADE LAGO DO JUNCO - MA

NASC. N. 19936 FLS. 10 LIV. A 53

CPF 053532413-80

ASSINATURA DO TITULAR

VIA-02

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

GESSICLEIA VERAS DE ALMEIDA





SAIBAM, quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** bastante que faz, **ASP AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**. Em oito de dezembro de dois mil e vinte (08/12/2020), nesta cidade e comarca de Fortaleza, do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, no prédio onde se situa o 4º Ofício de Notas, na rua Major Facundo, 676, Centro, CEP: 60025-100, telefone (85) 3464-5900, perante mim escrevente compromissada, Rita de Freitas Alcântara, compareceu como outorgante, **ASP AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.288.268/0001-04, com sede na Rua Lauro Maia, nº 1120, Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60055-210, representada nesta ato por seu sócio **LUCIANO PEIXOTO GUEDES**, brasileiro, casado, contabilista, portador do documento de identificação nº 92002302464 - SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 358.499.243-53, residente e domiciliado na Rua Soriano Albuquerque, nº 185, Aptº 401, Fátima, em Fortaleza/CE, CEP: 60130-100; o presente reconhecido pela identidade apresentada e acima citada, como o próprio de que trato, de cuja capacidade jurídica dou fé. E, por ela outorgante, na forma como vem representada, me foi dito que por este instrumento, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **GESSICLEIA VERAS DE ALMEIDA**, brasileira, solteira, suporte técnico, portadora do documento de identificação nº 0288925020056 - SSP/MA e inscrita no CPF sob o nº 053.532.413-80, residente e domiciliada na Travessa Epitácio Caeteira, nº 330, Bairro São Francisco, em São Luís/MA, CEP: 65076-130. **PODERES** representá-la junto as Prefeituras, Câmaras, Fundos, Autarquias e Órgãos Públicos dos Municípios do Estado do Maranhão, a fim de participar de licitações, apresentando propostas e atuando em todas as fases do procedimento licitatório estando autorizado a manifestar-se verbalmente, apresentar ou renunciar a recursos administrativos contra habilitações, classificações, inabilitações e desclassificações, assumir compromissos e garantias vinculadas a essas propostas e assinar contratos decorrentes do certame ou de negociação direta para a qual tenha sido especialmente convocada; assinar atas, renunciar e interpor recursos, formular propostas, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato; concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas; fazer impugnações, reclamações, protestos, transigir, e, em casos de pregões presenciais; efetuar lances reduzindo o preço, apresentar nova proposta e o que mais for necessário, desistir e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente instrumento de mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso, sendo vedado substabelecer. **A presente procuração terá validade até 31/12/2021.** (Sob Minuta). Assim disse, do que dou fé, e me pediu este instrumento que lhe li, aceitei e assina. SELOS: AAF225656-E6N9 / AAF542450-E1H9. Eu, RITA DE FREITAS ALCÂNTARA, Escrevente, a digitei. Eu, (a) ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS

Cartório
Morais
Correia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
4º OFÍCIO DE NOTAS - 2º RTD
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ
TABELIÁ. ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA

Rua Major Facundo, nº 676 - Centro - Fortaleza - Ceará - CEP 60025-100 - FONE (85) 3464 5900
Fax (85) 3464 5919 Email: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br - CNPJ 06 573.000/0001-67



Livro: 697 - Páginas: 033 a 033V - 1º TRASLADO - Protocolo: 19897

CORREIA, Tabetiá, a subscrevi, dou fé, e assino após a(s) parte(s). (aa) LUCIANO PEIXOTO GUEDES. Traslada em 08 de Dezembro de 2020. Eu, expedi o presente traslado. Eu, RITA DE FREITAS ALCANTARA, Escrevente, a digitei e assino em público e raso.

Em testemunho (P) da verdade

Rita de Freitas Alcantara

RITA DE FREITAS ALCANTARA
Escrevente



CONTAS EM LÍQUIDAÇÃO	
Até o encerramento: 20/11/2020	
Total em LÍQUIDAÇÃO	R\$ 27,00
Total PERMANENTE	R\$ 6,00
Total SÓLIDAR	R\$ 6,00
Total TRASPASSE em LÍQUIDAÇÃO	R\$ 1,00
Total TRASPASSE em PERMANENTE	R\$ 1,00
Total LÍQUIDAÇÃO	R\$ 14,00
Valor em LÍQUIDAÇÃO em favor do Cartório	
Descontando o pagamento em favor do Cartório	
em favor do cartório em favor do Cartório	
Cartório: 2020.0023	

CONFIRMAR ASSINATURA NO CENSEC.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSTITUCION DE 1988
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA, FINANÇAS,
INDUSTRIAS, ENERGIA E SANEAMENTO

Nome: RUIBERTO JOSE BARROS MARTINS

CPF: 1203302932 - **Cidade:** GOVERNADOR MA

CPF: 007.270.232-01 - **Data de Nascimento:** 21/12/1982

Endereço: ANILINDO IBIRUCHA
CONCEICAO DE MARIA DAS
DOIS MARTINS

CPF: 04575914389 - **Data de Nascimento:** 23/05/2021 - **Data de Emissão:** 17/02/2009

Assinatura: RuiBERTO JOSE BARROS MARTINS

Local: SÃO LUIS, MA - **Data de Emissão:** 24/04/2018

78072042324
99039084500

MARANHÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1604044366

FUNDO PLASTIFICO 1604044366



SAIBAM, quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** bastante que faz, **ASP AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**. Em oito de dezembro de dois mil e vinte (08/12/2020), nesta cidade e comarca de Fortaleza, do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, no prédio onde se situa o 4º Ofício de Notas, na rua Major Facundo, 676, Centro, CEP: 60025-100, telefone (85) 3464-5900, perante mim escrevente compromissada, Rita de Freitas Alcântara, compareceu como outorgante, **ASP AUTOMAÇÃO, SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.288.268/0001-04, com sede na Rua Lauro Maia, nº 1120, Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60055-210, representada nesta ato por seu sócio **LUCIANO PEIXOTO GUEDES**, brasileiro, casado, contabilista, portador do documento de identificação nº 92002302464 - SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 358.499.243-53, residente e domiciliado na Rua Soriano Albuquerque, nº 185, Aptº 401, Fátima, em Fortaleza/CE, CEP: 60130-160; o presente reconhecido pela identidade apresentada e acima citada, como o próprio de que trato, de cuja capacidade jurídica dou fé. E, por ela outorgante, na forma como vem representada, me foi dito que por este instrumento, nomeia e constitui seu bastante procurador, **RUBENS JÔFRE BARROS MARTINS**, brasileiro, solteiro, suporte técnico atendimento, portador do documento de identificação nº 0001203382992 - SSP/MA e inscrito no CPF sob o nº 007.270.233-81, residente e domiciliado na Travessa Vinte e Nove, nº 19, casa 19, Bairro Anjo da Guarda, em São Luís/MA, CEP: 65066-160. **PODERES**: representá-la junto as **Prefeituras, Câmaras, Fundos, Autarquias e Órgãos Públicos dos Municípios do Estado do Maranhão**, a fim de participar de licitações, apresentando propostas e atuando em todas as fases do procedimento licitatório estando autorizado a manifestar-se verbalmente, apresentar ou renunciar a recursos administrativos contra habilitações, classificações, inabilitações e desclassificações; assumir compromissos e garantias vinculadas a essas propostas e assinar contratos decorrentes do certame ou de negociação direta para a qual tenha sido especialmente convocada; assinar atas, renunciar e interpor recursos, formular propostas, assinar, entregar o retirar documentos, assinar instrumentos contratuais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato; concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas; fazer impugnações, reclamações, protestos; transigir; e, em casos de pregões presenciais, efetuar lances reduzindo o preço, apresentar nova proposta e o que mais for necessário, desistir e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente instrumento de mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso, sendo vedado substabelecer. A presente procuração terá validade até 31/12/2021. (Sob Minuta). Assim disse, do que dou fé, e me pediu este instrumento que lhe li, aceita e assina. **SELOS: AAF225658-D5N9 / AAF542463-J6H9**. Eu, **RITA DE FREITAS ALCÂNTARA**, Escrevente, a digitei. Eu, (a) **ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.288.268/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/12/1997
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASPEC INFORMATICA	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CODIGO E DESCRICAO DA ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
--

CODIGO E DESCRICAO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS Não Informada

CODIGO E DESCRICAO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R RUA LAURO MAIA	NUMERO 1120	COMPLEMENTO *****
--------------------------------	----------------	----------------------

CEP 60.055-210	BARRIO/DISTRITO FATIMA	MUNICIPIO FORTALEZA	UF CE
-------------------	---------------------------	------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@ASPEC.COM.BR	TELEFONE (85) 3464-2900
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/09/2002
-----------------------------	--

NOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/03/2021 às 14:54:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **02.288.268/0001-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:07:12 do dia 05/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/05/2021.
Código de controle da certidão: **DACD.8995.389D.DF60**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202101334300

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa N° 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 02288268000104
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 09/02/2021 ÀS 08:47:43
VÁLIDA ATÉ 10/04/2021

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



Prefeitura de
Fortaleza
Instituição Municipal
de Fortaleza

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão Nº 2021/16083

CPF/CNPJ: 02.288.268/0001-04

Nome ou Razão Social: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

Endereço: R LAURO MAIA 1120 TERREO FÁTIMA CEP 60055-295

Certificamos, para fins de comprovação perante terceiros, que a pessoa acima identificada, até a presente data, não possui débitos de natureza tributária para com o Município de Fortaleza, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal das Finanças, o direito de cobrar e inscrever, a qualquer tempo, quaisquer dívidas em seu nome na forma da legislação vigente.

Fortaleza, 21 de Janeiro de 2021 (10:06:33)

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.

Válida até 21/04/2021

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.288.268/0001-04

Razão Social: ASP AUTOM SERV E PROD DE INFORMATICA LTD

Endereço: R LAURO MAIA 1120 FATIMA / JOSE BONIFACIO / FORTALEZA / CE /
60055-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

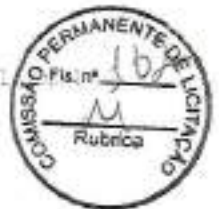
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/02/2021 a 27/03/2021

Certificação Número: 2021022600395053537403

Informação obtida em 04/03/2021 10:13:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.288.268/0001-04
Certidão nº: 306154/2021
Expedição: 07/01/2021, às 09:03:32
Validade: 05/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.288.268/0001-04, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Nº do Documento AF00057263/2020		Data Emissão 22/09/2020	Data de Validade 22/09/2021	
Dados do proprietário do empreendimento				
Concedido a ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA			CNPJ/CPF 02288268000104	
Natureza Jurídica SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			Porte da Empresa Demais	
Dados do Empreendimento				
Inscrição IPTU 4283937		Endereço (Conforme IPTU indicado) RUA LAURO MAIA, Nº 1120, Compl. TERREO, Bairro FÁTIMA, CEP 60055295		
Área do Terreno (m²) 153.60		Área Construída (m²) 371.60		Área do Estabelecimento (m²) 371.60
CNAE	ATIVIDADE	PRINCIPAL?	A ATIVIDADE É EXERCIDA?	ATIVIDADE AUTORIZADA PARA FUNCIONAR NO ENDEREÇO?
620230001	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS	SIM	SIM, NESTE ENDEREÇO	SIM
Responsável Legal				
CPF 604.608.543-73		Nome PAULO SÉRGIO DE SOUSA CAVALCANTE FILHO		
Observações				
<p>1. Requerente desta Licença (pessoa que preencheu os dados no Fortaleza Online); PAULO SÉRGIO DE SOUSA CAVALCANTE FILHO / CPF-604.608.543-73</p> <p>2. Com relação as questões urbanísticas, este documento foi emitido com base na Consulta de Adequabilidade nº FOR2020324746, consulta esta declaratória, podendo ser cancelada caso haja omissão ou falsa descrição de informações ocasionando a perda da validade deste documento.</p> <p>3. Este Alvará refere-se as questões urbanísticas, tendo sido emitido com base nas informações prestadas no Sistema Fortaleza Online, conforme Lei Complementar nº 270/2019 (Código da Cidade), não eximindo o estabelecimento de possuir licença ambiental quando exigido por lei, ficando a efetiva operação da(s) atividade(s) condicionada a emissão desta.</p> <p>4. Este Alvará possui validade de 1 ano, devendo ser renovada por igual período.</p> <p>5. O empreendimento ficará passível de fiscalização e monitoramento pelo Órgão competente.</p> <p>6. De acordo com o Decreto nº 14.501/2019, o Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros será condicionante para a emissão do Alvará de Funcionamento somente nos casos de estabelecimentos para os quais são exigidos Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSIP), conforme Lei Estadual nº 13.556/2004 e Normas Técnicas nº 001/2008. A dispensa da apresentação de Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros para a emissão do Alvará de Funcionamento não exime o proprietário ou responsável pelo uso de instalação das medidas de segurança contra incêndio e pânico.</p>				
Documentos vinculados:				
<p>1- Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGRS- ISENTO;</p> <p>2- Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros - 224538;</p>				
CONDICIONANTES				
<p>ESTE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO NÃO EXIME O ESTABELECIMENTO DE POSSUIR, QUANDO EXIGIDO POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, LICENÇA SANITÁRIA, HABITE-SE OU CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÃO, LICENÇA DE PUBLICIDADE, AUTORIZAÇÃO SONORA E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO CEARÁ, BEM COMO DEMAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.</p>				



1. Deverão ser mantidas no estabelecimento as licenças necessárias ao funcionamento das atividades, incluindo o Alvará de Funcionamento;
2. Este Alvará de Funcionamento não exime o estabelecimento de possuir Relatório de Impacto sobre o Sistema de Trânsito - RIST aprovado pela Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania - AMC, quando classificado como Polo Gerador de Viagens - PGV pela Lei Complementar nº 236/2017 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo);
3. É condicionante para o exercício de atividade em imóveis unifamiliares que a atividade seja compatível com o espaço físico no que se refere à circulação de pessoas e de mercadorias;
4. É condicionante para o exercício de atividades em imóveis residenciais multifamiliares (condomínio de apartamentos ou de casas) a autorização prévia concedida pela administração do condomínio, além do atendimento às suas regras internas, em especial as que se referem à circulação de pessoas ou mercadorias e ainda, que o exercício da atividade seja compatível com o espaço físico;
5. O horário de Funcionamento do estabelecimento deverá estar de acordo com o disposto nas Leis Municipais nº 9275/2007, 9477/2009 e 10635/2017;
6. O estabelecimento deverá disponibilizar o número de vagas de estacionamento conforme Lei Complementar nº 236/2017 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo).

LEI COMPLEMENTAR 270/2019 (CÓDIGO DA CIDADE)

Art. 831. O Alvará de Funcionamento licencia o exercício de atividade, não atestando a regularidade da edificação ou a posse do imóvel.

DECRETO LEI 2848/40 - CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA - Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA - Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.





CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Proposta de preços



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 025/2021

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação

Destinatário: Ao Gabinete da Presidência

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO **PREÇO E ESCOLHA**

I – DA NECESSIDADE DO OBJETO;

A Comissão Permanente de licitação da Câmara Municipal de Timbiras/MA doravante denominada comissão, apresenta a V. Ex^a. o relatório referente à dispensa de licitação (DL) nº 013/2021 com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Trata-se os presentes autos de procedimento, cujo objeto é **Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO;

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)
"XXI Decisão nº 678/95-TCU-Plenário - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços,



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

*...
Decreto 9.412/18 de 18/06/2018*

"Contratações por meio de dispensa de licitação, os valores máximos e R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) do II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

III - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO;

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

"Parágrafo único - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *"Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento."* - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contratação Direta sem Licitação*, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada *Licitações e Contratos - Orientações Básicas*, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 - Segunda Casa Legislativa.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 - Primeira Casa Legislativa.

IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo o licitante: **ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA** CNPJ: 02.288.268/0001-04, apresentado preços que estão compatíveis com a realidade do mercado, em se tratando de produto similar, podendo a Administração pública adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

A aquisição disponibilizado pelo licitante supracitado é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação ao tipo de licitação adotado.

V – DA COTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO;

Pelo critério de julgamento utilizado para o certame, **menor valor global** deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93” (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28.12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a dispensa de licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço ou o fornecimento àquele que possuir o menor preço, faz-se a habilitação jurídica, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, IV e V.

VI – DA ESCOLHA;

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação dos serviços/produtos pretendidos, será:

• (Razão social) ASP AUTOMACAO
SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ:
02.288.268/0001-04, situada à Rua Lauro Maia, nº 1120, bairro de Fátima,
Fortaleza, Ceará. VALOR CONTRATADO mensal de R\$ 804,00 (oitocentos
e quatro reais), totalizando um valor global de R\$ 8.040,00 (oito mil e
quarenta reais).

VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL;

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93.

Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que o licitante demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

VIII - FONTE DE RECURSO;

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados, classificada conforme abaixo especificado: *Poder Legislativo: 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

IX – DO CONTRATO – MINUTA;

Visando instruir a dispensa de licitação do processo administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta Comissão juntou aos autos o contrato – minuta, cujos fundamentos jurídicos foram analisados conforme parecer jurídico em anexo.


X – CONCLUSÃO.


Sendo assim, esta comissão entende que o procedimento se operou dentro dos ditames legais e que esteja presente o interesse da administração pública em realizar a contratação. Se favorável que se dignem a **Ratificar** a decisão emanada que julgou pela dispensabilidade de licitação, ante à criteriosa análise pela assessoria jurídica desta Casa Legislativa, de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento, e logo em seguida à **Homologação** do objeto. Logo essa decisão é discricionária optar ou não pela contratação, cabendo ao Sr. Presidente fazer um juízo de conveniência e oportunidade e julgar oportuno a continuidade deste pleito administrativo.

É o Parecer desta Comissão, *s.m.j.*

Timbiras/MA, 08 de março de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinicius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica;

Em obediência ao Art. 38 inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93, encaminho o *processo administrativo nº 025/2021* que versa sobre **Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.** Para análise das peças que em consonância com os documentos integrantes nos autos de todo o processo licitatório, deram origem ao processo em epigrafe, enviamos para elaboração do parecer conclusivo.

"Art. 38: procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente."

"(...)"

"VI - Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;"

Timbiras-MA, 08 de março de 2021.


- Raimundo Jonas Silva Coelho -
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Processo Administrativo: nº 025/2021;

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação;

Parecer: Dispensa de Licitação nº. 013/2021.
PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Inobstante a regularidade apontada, o certame merece, no que tange ao plano da legalidade, homologação por parte da autoridade competente, à quem caberá ainda deliberar acerca da conveniência da licitação.

Trata-se da solicitação da Comissão Permanente de Licitação/CPL da Câmara Municipal de Timbiras/MA, objetivando a **Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

Preliminares

O presente parecer vem dar cumprimento ao que dispõem os artigos 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo de realização de despesas e na avaliação prévia das implicações legais à qual está submetido esta contratante, dar a assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em auditoria própria.

Insto posto ratificamos a orientação de que, em havendo dúvida sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser a consulta encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do procedimento da dispensa de licitação em epigrafe nos autos encaminhados pela CPL.

A utilização de licitação para realização de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações pela administração Pública figura como mandamento constitucional expresso no art. 37, XXI, da Constituição Federal,



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.862.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

configurando-se como instituto indispensável à efetivação, em especial dos princípios da Moralidade, Impessoalidade e eficiência da atividade estatal.

Sua regulamentação no ordenamento jurídico é feita por meio da Lei nº 8.666/93, que estabelece, detalhadamente, com os procedimentos a ela inerentes, bem como ao contrato administrativo que lhe é consequente.

Conquanto, a referida norma prevê exceções à aplicação de alguns de seus institutos por entender que, em tais casos, seriam esses prejudiciais ao próprio interesse público. Estão tais hipóteses especialmente elencadas nos seus art. 24 e 25 (condições de dispensa e inexigibilidade de licitação).

Cumprir registrar, que o tema merece total cautela da Administração Pública, por se tratar de circunstância extremamente excepcional, passível, quando aplicada incorretamente, de severa punição pela legislação pátria, v.g., art. 89 e ss. Da lei 8.666/93.

Em decorrência disso, tomamos como parâmetros os abalizamentos feitos pelo Egrégio Tribunal de Contas da União que, com preciosidade, delimita a aplicação da dispensa e da inexigibilidade de Licitação.

13. Acerca da obrigatoriedade de licitar, trago à colação algumas considerações de minha lavra veiculadas no Voto condutor do Acórdão n. 146/2007 -1ª Câmara:

“23. É de se destacar que, por definição, licitação é o procedimento administrativo mediante o qual os órgãos públicos e entidades selecionam a proposta mais vantajosa para a avença de seu interesse”. Nesse contexto, surge um princípio basilar ao direito administrativo, qual seja, o da indispensabilidade da licitação para se adquirir, alienar ou locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, que tem assento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Carta Política) e infraconstitucional (art. 2º da Lei n. 8.666/1993 para administração pública e art. 2º do RLC para o Sesc).

“24. Essa demanda decorre de princípios também inculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, legalidade, impessoalidade, Moralidade, publicidade e eficiência, além de outros elencados pela doutrina para a licitação. É dizer: a



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

regra estatuída na Constituição Federal é a da obrigatoriedade de licitar, já as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de certame devem ser interpretadas como exceções." (grifos acrescidos).

(TCU. Primeira Câmara. ReL. Ministro Marcos Bemquerer Costa. Ac. Nº.0932-09/08-1. Sessão: 01/04/08. DOU de 10.04.08)

A análise dessas normas supracitadas, percebemos que o caso em apreço encaixa-se na hipótese descrita no art. 24, II do referido diploma legal. Vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Devemos leva em consideração a edição da Medida Provisória (MP) 961/2020, a qual atualizou os valores das modalidades de licitação, durante o período que perdurar o Estado de Calamidade Pública em nosso país.

Assim sendo, os valores das modalidades de licitação definidos na Lei 8.666/93 atualizados Decreto 9.412/2018, não serão aplicados durante o período de vigência da calamidade pública.

As referências, durante esse período, serão de 100 mil e 50 mil, para obras e serviços de engenharia e compras e demais serviços, respectivamente.

Dessa forma, uma vez que a proposta apresentada como mais vantajosa é igual a tal valor, facilmente verifica-se estar ela perfeitamente enquadrada ao caso, sendo autorizável, portanto, a contratação direta pela Administração Pública.

Há de se observar, contudo, que, mesmo não contratando por meio de licitação, deve o ente público ater-se a certa cautela no critério de escolha do particular a ser contratado, a fim de garantir o respeito aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

Corroborando a esse entendimento, temos os ensinamentos de Marçal Justen Filho, transcritos a seguir:

O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar (ainda nesses casos) a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portanto, a contratação direta não significa eliminação de dois postulados consagrados a propósito da licitação. O primeiro é a existência de um procedimento administrativo. O segundo é a vinculação estatal à realização de suas funções. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialético, 2005, p. 228).

Sendo assim, apesar de dispensa ou inexigibilidade de licitação, deve o ente administrativo, para a realização da contratação, se pautar nas demais regras da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Por esses motivos, imprescindíveis ao caso a observância de certos requisitos formais necessários à regência de qualquer contrato administrativo, em especial no que tange à justificativa e à autorização ou decisão expressa da dispensa ou inexigibilidade (art.26), à habilitação jurídica (art. 28), à regularidade fiscal (art. 29) e, quando o caso assim necessitar, às qualificações técnica e econômico-financeira (arts. 30, 31) da contratante, além da estipulação determinadas cláusulas obrigatórias (art. 55).

A respeito, entende o colendo TCU ser imperioso à Administração:

“(…) as exigir em todas as contratações, inclusive nas realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a comprovação de regularidade fiscal do contratado, observando que a condição deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento efetuado”. (TCU. Segunda Câmara, Processo nº TC- 015.575/2007-2. Relator: André Luís de Carvalho. AC. nº. 3325-32/08-2. Sessão: 09/09/2008. DOU de 11/09/08).

(…) as justificativas para a inexigibilidade e dispensa de licitação devem estar circunstancialmente motivadas, com a clara demonstração de ser a opção escolhida, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração, consoante determina o art. 26. Parágrafo único da Lei 8.666/93.

Ressalta-se, todavia, que, estando o valor da contratação abarcando nas hipóteses do art. 24, I e II da mencionada Lei, resta dispensada a observância dos requisitos do art. 26, como podemos depreender da sua redação, ver bis:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.882.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.
(Incluindo pela Lei nº. 9.648, de 1998).*

Das peças encontradas no devido processo legal;

De início, em análise ao processo em vista, verificou-se que para a abertura do procedimento foi apresentado:

Solicitação de despesa com justificativa através de termos de referência e memorando com a relação do objeto requerido pelo solicitante;

- O procedimento da licitação foi iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

numerado, contendo a autorização respectiva, e a indicação sucinta e clara de seu objeto;

- Cotação de Preços (três cotações);
- Indicação da existência da previsão orçamentária face à despesa estimada;
- Ato de nomeação da CPL;
- Foram constatados os termos de autuação e autorização da autoridade competente;
- Minuta do edita de convocação e seus anexos;
- Parecer Jurídico.
- A proposta foi devidamente reapresentada;
- Documentação de habilitação;
- Acompanhamento do relatório conclusivo da licitação;

Foi consagrada vencedora a empresa: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 02.288.268/0001-04.

Nesse diapasão, observa-se que a minuta do contrato em tela contém as cláusulas necessárias para a formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidos da Lei Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

É importante destacar acerca de não se fracionar licitação para fugir à modalidade superior. Importante assim focar em maior detalhe esse expediente, utilizado, infelizmente com certa frequência, para viabilizar dispensas indevidas ou seja, a dissimulação de despesas de vulto superior ao limite, mediante o fracionamento de notas fiscais. Segundo orientação do TCU, caracteriza-se tal patologia “quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta”.

Entretanto, não há informação quanto ao eventual fracionamento de despesa no caso, o que deverá constar nos autos por informação da Diretoria Financeira ou Contabilidade, a fim de verificar se de fato é possível a contratação direta na hipótese.

4. Considerações Finais;

Revestindo de todas as formalidades legais nas fases do certame, opina-se pela *ratificação, adjudicação* e posterior *homologação*, nos termos dos art. 38 VII e 43, Inciso VI, estando a empresa apta a gerar despesas com esta Casa Legislativa.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Timbiras (MA), 08 de março de 2021

Advogado: Dr. Ricardo Araújo Torres

Assessor jurídico da Câmara

OAB/MA N. 9505-A

OAB/PE N. 19443



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Para o
Presidente da CPL
Nesta.

Encaminha - se os autos do processo à *CPL*, após análise, e de acordo com a Lei federal nº 8.666/93, proceda à *adjudicação* do presente processo.

“Art. 38: procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente.”

“(...)”

“VII - atos de *adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;*”

Timbiras (MA), 08 de março de 2021

Advogado Dr. Ricardo Araújo Torres
Assessor jurídico da Câmara
OAB/MA N. 9505-A
OAB/PE N. 19443



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO

Considerando o inteiro teor do processo licitatório que deu origem à Dispensa de Licitação 013/2021, do tipo menor preço (global).

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, com amparo no art. 43, inciso VII da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, em consonância com os documentos integrantes nos autos de todo o processo licitatório, em face da ausência de recursos, resolve **Adjudicar** em conformidade com o especificado abaixo:

Adjudicatário: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 02.288.268/0001-04;

Objeto: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA;


Itens Adjudicados: Todos;

Valor contratado: R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) valor mensal, totalizando R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais).

Faça saber desta decisão ao **Gabinete da Presidência**, após análise e de acordo com a Lei federal n.º 8.666/93, Artigo 43, Inciso VI, proceda à Homologação do presente processo e demais providências de sua competência para continuidade do pleito administrativo.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras– MA, em 08 de março de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente da CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinícius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE RATIFICAÇÃO
Dispensa nº 013/2021

Considerando os autos do processo, em consonância com os documentos integrantes para fins do disposto no Art. 26 do estatuto das licitações e contratos, **Ratifico** a dispensabilidade de licitação que versa sobre a Contratação de empresa para os serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos no interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, para contratar o licitante: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ nº 02.288.268/0001-04. Para a prestação dos serviços no valor de **RS 804,00 (oitocentos e quatro reais) valor mensal, totalizando RS 8.040,00 (oito mil e quarenta reais) valor global**, tudo conforme com base legal do Art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme legislação vigente c/c Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93, parágrafo único do Art. 61 da mesma lei c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 para fins de eficácia desta **RATIFICAÇÃO**.

“Art. 26.... deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos:”.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 08/03/ 2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Aviso da Ratificação da Dispensa nº 011/2021

A Diretoria Administrativa da Câmara de Timbiras/MA torna público para conhecimento dos interessados o resultado da ratificação da Dispensa de Licitação nº 013/2021 que tem como objeto Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, processo administrativo nº 025/2021. **Órgão(s) interessado(s):** Diretoria Administrativa. **Amparo legal:** Lei 8.666/93, Art. 43, inciso VI, Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93. **Reserva de Dotação Orçamentária:** está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho. **Valor contratado:** R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) valor mensal, totalizando R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais). Licitante vencedor: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 02.288.268/0001-04; Câmara de Timbiras/MA em 08 de março de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS/MA. Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Timbiras – MA, 08 de março de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Para o Excelentíssimo Sr.
Presidente da Câmara
Nesta.

Encaminha - se os autos do processo à presidência, após análise e de acordo com a Lei federal nº 8.666/93, Artigo 43, Inciso VI, proceda à **Homologação** do presente processo.

"Art. 43: licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:"

"(...)"

"VI - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;"

Timbiras (MA), 08 de março de 2021


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Aprovo e homologo o resultado da Dispensa de Licitação n.º 013/2021, em conformidade com o especificado abaixo:

ADJUDICATÁRIO: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 02.288.268/0001-04;

OBJETO: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

VALOR CONTRATADO; R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) valor mensal, totalizando R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais) valor global;

AMPARO LEGAL; Art. 43 Inciso VI da Lei 8.666/93, Parecer da Assessoria Jurídica e Relatório da Comissão Permanente de Licitação;

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS;

As despesas para atender ao objeto desta licitação ocorrerão por conta da seguinte Reserva de dotação orçamentária no Orçamento Geral da contratante, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho

Dê-se ciência desta decisão ao(s) interessado(s), providenciem a celebração do contrato, e o empenho das despesas às dotações do orçamento vigente, publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme o Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93 para fins de eficácia desta **HOMOLOGAÇÃO**.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 08/03/2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

AVISO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Diretoria Administrativa da Câmara de Timbiras/MA torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 013/2021 que tem como objeto Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, processo administrativo nº 025/2021. **Órgão(s) interessado(s):** Diretoria Administrativa. **Amparo legal:** Lei 8.666/93, Art. 43, inciso VI, Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93. **Reserva de Dotação Orçamentária:** está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho. **Valor contratado:** R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) valor mensal, totalizando R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais). Licitante vencedor: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 02.288.268/0001-04; Câmara de Timbiras/MA em 08 de março de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS/MA. Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Timbiras – MA, 08 de março de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Convocação para assinatura de contrato

EMPRESA:

À empresa (Razão Social): ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 02.288.268/0001-04
ENDEREÇO: Rua Lauro Maia, nº 1120, bairro de Fátima, Fortaleza, Ceará.

ATT. SR.


Luciano Peixoto Guedes CPF: 358.499.243-53
Signatário

Prezado (a) Senhor (a);

Pelo presente ato e com amparado pelo artigo 64 da Lei 8.666/93, convocamos V. Senhoria para comparecer, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta convocação junto à *Câmara Municipal de Timbiras*, Estado do Maranhão, situada à Rua José Antônio Francis s/n – bairro Centro - nesta cidade, das 08h00 às 12h, em dias úteis, para assinatura do termo de contrato a ser celebrado entre esta Casa Legislativa e a empresa.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidas no presente ato, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação.

Timbiras – MA 08 de março de 2021


- *Wilson Gonçalves Vieira* -
Diretor Administrativo

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 61, § único da Lei Federal nº. 8.666/93, do art. 17, inc. I do Regimento Interno a Câmara Municipal de Timbiras/MA Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Contrato(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Órgão Solicitante: *Diretoria Administrativa*
Contrato N.º 016/2021
Dispensa de Licitação 013/2021
Processo Administrativo n.º 025/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE TIMBIRAS, E A EMPRESA;
Aspec Informática NA FORMA ABAIXO;**

PRELIMINARES;

Por este instrumento particular de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado como Contratante a Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, com a sede localizada à Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, nesta cidade, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ n.º 23.662.570/0001-42, representada pelo Excelentíssimo Presidente, Sr. Alexandre Rocha Nascimento, portador do CPF n.º 042.063.303-01 e do RG: 033861502007-2 SSP/MA, e a empresa: ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, (nome fantasia) ASPEC INFORMATICA, inscrita no CNPJ: 02.288.268/0001-04 endereço Rua Lauro Maia, 1120, bairro de Fátima, Fortaleza, Ceará, neste ato representada pela seu signatário, Sr; Luciano Peixoto Guedes, brasileiro, casado, contabilista, portador da Cédula de Identidade n.º 92002302464 SSPCE e do CPF n.º 358.499.243-53, a seguir denominado Contratada, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir expressas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO DO CONTRATO;

1.1. O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Cláusula Segunda: DO FUNDAMENTO LEGAL;

2.1. Este contrato tem como amparo legal a Dispensa de Licitação n.º 013/2021 sob a égide da Lei 8.666/93, a Lei Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie;

Parágrafo 1º A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira: DO VALOR CONTRATUAL;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

3.1. Pelo do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais), totalizando um valor global de R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais) conforme descrição abaixo:

Item	Descrição do objeto	und	Qtd	Valor Unitário	Valor Global
1	Licença de uso de uso de Software - Contabilidade Pública.	mês	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
2	Licença de uso de uso Software de publicação/hospedagem de dados para atender as Leis 12.527/2011 e LC 131/2009.	mês	10	R\$ 204,00	R\$ 2.040,00
Total Global				R\$ 8.040,00	

Parágrafo Único: Ao órgão solicitante deste contrato reserva-se ao direito de não adquirir a totalidade dos serviços solicitados.

Cláusula Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS;

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos classificados conforme abaixo especificado:

01- Poder Legislativo; 00 - Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 - Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Cláusula Quinta: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO;

5.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, conforme legislação vigente c/c Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93, parágrafo único do Art. 61 da mesma lei c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano.

Cláusula Sexta: DOS SERVIÇOS, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO;

6.1. Os serviços deverão ser executado, conforme especificados no Termo de Referência, que deu origem ao processo ao presente contrato, sendo que a inobservância das condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reolamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o objeto que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. O objeto licitado deverá ser fornecido sem ônus para a Contratante



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (ME) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Parágrafo 1º - Os serviços deverão ser realizados de forma imediata, após o recebimento da ordem de serviço em dias úteis, em local e horário obrigatoriamente definido pela mesma ordem.

Parágrafo 2º - No caso de algo superveniente, fortuito ou de força maior e não serem tomadas providências dentro de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação para a substituição mencionada, a Contratante poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da contratada.

Parágrafo 3º - Caso a data solicitação da nova ordem de serviço coincida com dia em que não haja expediente, o mesmo se fará no dia útil imediatamente posterior.

Cláusula Sétima: DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da solicitação de pagamento pela Contratada.

a) Nota Fiscal / Fatura;

b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.212/91);

c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.036/90);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

e) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, com validade compatível com a data do pagamento (Lei 2.231/1962 e Lei nº 7.799/2002);

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Cláusula Oitava: DA RECOMPOSIÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OBJETO DO CONTRATO:

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

Cláusula Nona: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos serviços recebidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

O Licitante deverá manter preposto aprovado pela Câmara, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d). Fiscalizar a execução dos serviços desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto do Licitante, as ocorrências havidas.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

Obriga-se, ainda a contratada, sem prejuízo do constante nas solicitações da Câmara e da proposta naquilo que não contrariar as disposições deste instrumento:

- a) Prestar os Serviços mantendo todas as condições de qualidade originais;
- b) Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato;
- c) Atender prontamente as Ordens de Serviços, expedindo a competente nota de prestação de serviços;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por danos resultantes de negligência, imperícia, imprudência ou dolo próprio, bem como dos prejuízos decorrentes da qualidade do Serviço;
- e) Arcar com os tributos, que incidam ou venham incidir sobre o respectivo contrato.

Cláusula Décima-Primeira: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

- a) Acompanhar e fiscalizar todos os procedimentos da Contratada, pertinentes à prestação dos serviços do presente Contrato;
- b) Efetuar pagamento em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota de Prestação dos serviços;

Cláusula Décima Segunda: DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo;

12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira: DA RESCISÃO DO CONTRATO;

13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula Décima Quarta: DAS SANÇÕES E PENALIDADES;

14.1. A contratada quando ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Timbiras/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja acumulação de



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – Comissão, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas ao edital que deu origem a este contrato;

14.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Timbiras.

Cláusula Décima Quinta: DOS CASOS OMISSOS;


15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz das leis que regeram todo o certame licitatório e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sexta: DO FORO;

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de esta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Timbiras (MA), 09 de março de 2021


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante


Luciano Peixoto Guedes





CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

ASP automação serviços e produtos de informática LTDA
Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Resenha de extrato do contrato n. 016/2021- Dispensa de Licitação. 013/2021, Partes: Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão CNPJ: 23.662.570/0001-42, e a empresa; ASP AUTOMACAO SERVICOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 02.288.268/0001-04. Objeto: Contratação de empresa para locação de sistema de software nas áreas de portal da transparência e sistema de contabilidade com orientação e suporte técnico interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA. Valor contrato: R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) valor mensal, totalizando R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais) valor global. Reserva de Dotação Orçamentária: 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; Out. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Vigência do contrato: até 31 de dezembro do corrente ano. Base Legal: para publicação; Nos termos do Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93; Signatários: Alexandre Rocha Nascimento; Câmara Municipal de Timbiras/MA; Contratante; e Luciano Peixoto Guedes CPF: 358.499.243-53; representante da empresa contratada. Timbiras/MA, em 09 de março de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 61, § único da Lei Federal nº 8.666/93 da Câmara Municipal de Timbiras/MA. Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Timbiras- MA, 09 de março de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Lavrei o presente TERMO de ENCERRAMENTO deste *Processo licitatório nº 025/2021* para a realização de licitação e contratação em epígrafe, que tem como última folha que corresponde a este termo.

JAKSON RODRIGUES BRITO
Contador Geral da Câmara Municipal

Protocolo de Encerramento

NÚMERO DO PROCESSO: 025/2021

ASSUNTO: *Processo Administrativo para abertura de licitação e contrato(s) administrativo.*

DATA ____/____/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

Dispensa de Licitação N°. 013/2021

Ultimados os procedimentos para prestação de serviços com a emissão do empenho, atestado o recebimento, confirmando a liquidação, efetuado o pagamento, dada a quitação e extinção da obrigação, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64 determino o arquivamento dos autos do Processo Licitatório em tela.

Determino, ainda, que o processo deverá permanecer arquivado estando à disposição dos órgãos fiscalizadores, sob a responsabilidade do arquivo geral desta Casa Legislativa.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 26 de março de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara